

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
VIOLAÇÕES DOS DIREITOS HUMANOS NAS FACULDADES
PAULISTAS

PRESIDENTE

DEPUTADO ADRIANO DIOGO – PT

04/02/2015

CPI

VIOLAÇÕES DOS DIREITOS HUMANOS NAS FACULDADES PAULISTAS.

BK CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA.

04/02/2015

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT – Cícero, não vamos congelar a capacidade respiratória do nosso parceiro, o melhor parceiro da CPI. Faça uma tentativa com o Giannazi, o Dr. Ulysses não pode ficar a tarde inteira aqui, veja se o Giannazi vem para dar quórum pelo menos, para aprovar esse requerimento. Andrade, nós vamos passar agora aqui.

O SR. – (Inaudível).

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT – O diretor já vem aqui à tarde, aqui em São Paulo no Conselho Estadual de Educação e já vem vindo para cá. É autarquia municipal, da prefeitura de Andradina.

O SR. – De que partido ele é?

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT – Sei lá. Vamos começar? Senão nós vamos perder o Marco Aurélio. Vamos ganhando tempo, vamos trabalhar.

Décima Oitava Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito constituída pelo ato 56 de 2014 com a finalidade de investigar violações dos direitos humanos e demais ilegalidades ocorridas no âmbito da Universidade do Estado de São Paulo, chamados “trotos, festas e seu cotidiano acadêmico”.

Com a presença do deputado Marco Aurélio de Souza, Ulysses Tassinari e Adriano Diogo na presidência, damos por iniciados os trabalhos.

Cícero, por favor, Adamantina. Vamos por Adamantina como a notícia do dia para registrar? Bom, hoje é totalmente voltado para a questão racial, para a discriminação racial nas universidades do Estado. Embora ontem tenha ocorrido um grave acidente que nós vamos reproduzir, no aguardo da chegada de outros deputados, a notícia é a seguinte, em Adamantina. Está fácil?

Jovem de 17 anos Dr. Ulysses, 17 anos sofreu queimaduras de terceiro grau nas pernas e no umbigo, porque lógico, queimou todas as partes baixas, mas eles puseram umbigo. A amiga da garota também foi atingida por líquido lançado por dois rapazes, mas está bem.

Uma estudante de 17 anos foi queimada, então “Estadão”, três de fevereiro, postado ontem às 19h38. “Uma estudante de 17 anos foi queimada com ácido no primeiro dia de aula do curso de Pedagogia nas Faculdades Adamantinenses Integradas em Adamantina, interior de São Paulo. A jovem foi atacada assim que chegou à instituição e sofreu queimaduras de terceiro grau nas pernas e na barriga”. Vocês entenderam, não é? Entenderam.

“Uma amiga de Natália também foi queimada, mas sem a mesma gravidade. A aluna que mora em Flórida Paulista foi atendida na Santa Casa. Na terça-feira três, ela teve febre e queda de pressão. O hospital informou que o produto químico segundo a aluna, foi lançado por dois rapazes que pode ser creolina misturada com algum tipo de ácido. A polícia investiga o trote realizado em frente à faculdade. Os suspeitos ainda não foram identificados”. Como sempre.

“Em nota a FAI que é o nome da faculdade lá de Adamantina, que é uma instituição da prefeitura municipal de Adamantina, condenou com veemência o trote violento e não descarta expulsar os responsáveis. A instituição lembra que o fato ocorreu fora de suas dependências e que está solidária com as vítimas”.

Está pronto? Vamos passar? Está abrindo? Falta pouco. Vamos lá.

O SR. – É muito lento.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT – Não, mas aí eu tenho que começar a Sessão. O Giannazi está aí. Nossa, que bom. Marco, nós estamos em quatro. Quatro não é quórum, quórum é cinco, não é? A Sarah está na Casa? Alguém pode ligar? Giannazi só um minutinho porque nós temos que aprovar alguns requerimentos e precisamos de sua presença.

Por favor, alguém pode checar se a deputada Sarah Munhoz está na Casa? Porque uma vez dado início aos trabalhos não pode voltar atrás para aprovar requerimento, entendeu? Então é bom ver se a deputada está e aí já libera os deputados e a gente começa a audiência.

Você acredita Giannazi, uma fundação municipal, uma autarquia.

O SR. – A Sarah chegou.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT – Opa, quórum. Nossa, que boa notícia. Graças a Deus. Vamos lá, vamos começar. Vamos lá aos requerimentos? O diretor da Faculdade de Medicina já foi chamado, não é? Pronto.

Com a presença da deputada Sarah Munhoz, Marco Aurélio de Souza, Ulysses Tassinari e Carlos Giannazi e Adriano Diogo. Cinco, pronto. Podemos aprovar os requerimentos? Faço a abertura formal agora, vamos lá.

Comissão Parlamentar de Inquérito, Violação dos Direitos Humanos nas Universidades do Estado de São Paulo. Declaro aberta a 18ª Comissão Parlamentar de Inquérito constituída pelo ato 56 de 2014 com a finalidade de investigar as violações dos direitos humanos e demais ilegalidades ocorridas no âmbito das universidades do Estado de São Paulo ocorridas nos chamados “troles, festas e seu cotidiano acadêmico”.

Registro com muito prazer a presença da deputada Sarah Munhoz, do deputado Marco Aurélio de Souza, deputado Ulysses Tassinari e do deputado Carlos Giannazi, Adriano Diogo na presidência.

Eu solicito ao secretário que faça a leitura da ata da reunião anterior.

A SRA. SARAH MUNHOZ – PCdoB – Senhor presidente, eu solicito que haja a dispensa dessa leitura considerando que os fatos ainda não estão (ininteligível) necessários.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT – É regimental o requerimento de V.Exa. Passemos à ordem do dia. Requerimentos.

O SR. – (Inaudível).

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT – Passo a presidência à deputada Sarah Munhoz para fazer a leitura. Deputado Giannazi, deputado Marco Aurélio só para efeito da instalação, seria importante que fizesse uma foto para o “Diário Oficial” de nós todos na Mesa. Eu sei, pode parecer um exagero.

A SRA. SARAH MUNHOZ – PCdoB – Mas é documental.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT – Mas é documental e importante que nós cinco estejamos aqui.

O SR. MARCO AURÉLIO – PT – Senhor presidente eu só quero registrar que essa (ininteligível) porque ontem começou às catorze e acabou às dezenove e quarenta e

a gente fica em baixo desse ar condicionado aqui e acaba com a saúde. Então eu acabando de fazer o registro eu vou sentar-me ali, mas participando ativamente da CPI. Até porque eu quero ir até o fim dessa CPI também.

Assume a presidência a deputada Sarah Munhoz – PCdoB.

A SRA. PRESIDENTE SARAH MUNHOZ – PCdoB – Bem, requerimento 43 de 2015. Nos termos do artigo 34B9 do registro interno consolidado, requeiro à Comissão Parlamentar de Inquérito constituída com a finalidade de investigar a violação dos direitos humanos e demais ilegalidades ocorridas no âmbito das universidades do Estado de São Paulo chamados “Troles, festas e seu cotidiano acadêmico” a aprovação de medida judicial de busca e apreensão dos documentos não apresentados pela Associação Atlética Acadêmica Oswaldo Cruz constantes nos requerimentos 06 de 2014 aprovados na primeira reunião dessa CPI realizada em 17/12 quais sejam;

Prestação de contas sintética e detalhada nos exercícios de 11, 12, 13 e 14. Termo de sessão ou de comodato do terreno ocupado pelo CAOC. Seu estatuto social atual, contratos de exclusividade ou de patrocínio e ou contratos de qualquer natureza firmados com indústrias de bebidas nos anos de 11, 12, 13 e 14.

Em discussão. Não havendo inscritos para discussão, os candidatos que concordam permaneçam como estão. Aprovado.

Requerimento 51. Nos termos do inciso II do artigo 34B do regimento interno consolidado, requero à Comissão Parlamentar de Inquérito constituída com a finalidade de investigar as violações dos direitos humanos e demais ilegalidades ocorridas nos âmbito das universidades do Estado de São Paulo ocorridas nos trotes, festas e em seu cotidiano acadêmico a convocação de Marilza Vieira Cunha Rudge, vice-reitora da UNESP e de Ariovaldo Cortina, professor da UNIFESP. Da UNESP, desculpe.

Em discussão. Não havendo inscritos para discussão, em votação. Os candidatos, os deputados que concordam permaneçam como estão. Aprovado.

Eu li os dois. Li a convocação de Marilza Vieira Cunha Rudge, vice-reitora da UNESP e de Ariovaldo Cortina, professor da UNESP. Então aprovados.

Requerimento 52. Nos termos do inciso II, artigo 34B do regimento interno consolidado requero à Comissão Parlamentar de Inquérito constituída com a finalidade de investigar as violações dos direitos humanos e demais ilegalidades ocorridas no âmbito das universidades do Estado de São Paulo, chamados "troles, festas e seu cotidiano acadêmico" a obtenção das seguintes informações e documentos junto ao Show Medicina, cópia em vídeo das apresentações do Show Medicina nos anos de 2010, 2011, 2012, 2013 e 2014.

Em discussão. Não havendo candidatos inscritos, em votação. Os deputados que concordam permaneçam como estão. Aprovado.

Requerimento 53. Nos termos do inciso II, artigo 34B do regimento interno consolidado requero à Comissão Parlamentar de Inquérito constituída com a finalidade de investigar as violações dos direitos humanos e demais ilegalidades ocorridas no âmbito das universidades do Estado de São Paulo, chamados "troles, festas e seu cotidiano acadêmico" a obtenção das seguintes informações e documentos juntos a primeira delegacia de polícia da cidade de São José do Rio Preto.

São esses os documentos, cópia integral do inquérito 450 de 2014 que apurou denúncias de trote violento na FAMERP, Faculdade de Medicina de Rio Preto, o mesmo que envolveu o estudante Luiz Fernando Alves em reportagem do programa "Fantástico".

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, em votação. Os deputados que concordam permaneçam como estão. Aprovado.

Devolvo a palavra ao presidente deputado Adriano Diogo.

Reassume a presidência o deputado Adriano Diogo – PT.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT – Bom, então eu queria se vocês puderem abrir o que aconteceu lá em Adamantina.

O SR. CARLOS GIANNAZI – PSOL – Pela ordem presidente.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT – Pela ordem deputado Carlos Giannazi.

O SR. CARLOS GIANNAZI – PSOL – Só queria fazer algumas rápidas colocações e a primeira delas é justificar a nossa ausência aqui na comissão por conta que primeiramente nós somos da Comissão de Educação e então, por exemplo, agora está começando a Sessão da Comissão de Educação e tenho que me dirigir para lá e ao mesmo tempo também como líder do PSOL eu tenho que participar das reuniões do Colégio de Líderes.

Então isso está impedindo a nossa participação ativa aqui, mas me sinto altamente representado aqui por todos os deputados e deputadas, principalmente por V.Exa. que tem feito um trabalho brilhante aqui na condução dos trabalhos, fazendo uma grande investigação e construindo a história aqui da Assembleia Legislativa nessa área que é tão abandonada aqui dentro que é de fiscalizar.

E quero também, além disso, repudiar veementemente aqui a posição da reitora da UNESP em expulsar 17 alunos do movimento estudantil, isso é um absurdo, isso é um crime e V.Exa. foi certo aqui na convocação da reitora, nós vamos aqui tomar providências e vamos repercutir isso hoje na tribuna que é um absurdo total criminalizar, continuar criminalizando o movimento estudantil das nossas universidades. Então eu queria dizer isso.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT – Nem na ditadura.

O SR. CARLOS GIANNAZI – PSOL – Alunos foram expulsos.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT – Foram expulsos. Foram expulsos 17 alunos.

O SR. CARLOS GIANNAZI – PSOL – É um absurdo total.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT – Gente colando grau, com diploma na mão e ela expulsou os meninos.

O SR. CARLOS GIANNAZI – PSOL – Exatamente, mas acho que V.Exa. também como presidente da Comissão de Direitos Humanos já vem tomando providências e tem todo o nosso apoio. Era isso senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT – Eu queria pedir um minutinho para V.Exa. e o deputado Tassanari porque aconteceu uma coisa tão grave ontem lá em Adamantina que até o diretor da faculdade vem vindo para cá para depor de livre e espontânea vontade. Então eu queria pedir mais alguns minutinhos aos companheiros que vieram à audiência, para assistir essa breve matéria, por favor. Ah meu Deus, não abriu? Não faz mal, deixa para a próxima. Não abriu nesse computador?

O SR. – Quando o diretor chegar a gente passa.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT – Quando o diretor chegar se for possível a gente passa. Então vamos começar a nossa audiência de hoje.

Agradecendo ao deputado Tassinari, deputado Giannazi o tempo que puderem permanecer e vamos começar.

Então como está montada? Vamos montar a Mesa. Quem vai começar? O Silvio vai abrir, fazer a fala de abertura? Como está organizado? Me ajudem aqui, por favor.

(Inaudível)

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT – Então vem para a Mesa. A senhora vem, pega o microfone sem fio, fala o seu nome completo e faça uma breve apresentação e vamos fazer uma Sessão bonita, bem participativa sobre a questão racial nas universidades paulistas. Fale o seu nome completo e vamos começar.

A SRA. JUPIARA CASTRO - Boa tarde a todos os deputados e deputadas. Em nome do Núcleo de Consciência Negra nós agradecemos a esta Casa e ao deputado Adriano Diogo por este convite e queríamos relatar um pouquinho, recuperar um pouco a história da criação da Universidade de São Paulo para a gente entender um pouco do que é o racismo no mundo acadêmico e em particular na Universidade de São Paulo.

Bom, a Universidade de São Paulo que não era universidade, em 1827 é criada a Faculdade de Direito do Largo São Francisco. Em 1893 é criada a Escola Politécnica da USP e você seguindo até 1934 são criadas diversas faculdades para formar os filhos das elites. Então em 1934 é fundada então a Universidade de São Paulo.

Bom, na criação da Escola Politécnica nós contamos com o engenheiro que todo mundo deve conhecer e saber o nome que é o Teodoro Sampaio. Teodoro Sampaio ajudou a fundar a Escola Politécnica e Teodoro Sampaio foi preterido da sua fundação para na hora de fazer o registro e assinar o documento.

Nós estamos dizendo por que Teodoro Sampaio era filho de um branco com uma escrava. Portanto ele não era branco puro. Portanto ele não podia fazer parte daquela elite que fundava a Escola Politécnica aqui no estado de São Paulo.

Bom, nós também tivemos rejeitado na Escola de Direito um dos maiores juristas que nós podemos conhecer e o foi sem sentar no banco da Escola de Direito que foi o Luiz Gama. Então eu estou falando dessas questões que podem parecer bobagem para a gente poder entender como se constitui a Universidade de São Paulo, qual é o seu peso e por que até hoje nós enfrentamos graves problemas dentro da instituição com a questão étnica racial.

Bom, bem historicamente, agora uma história mais recente porque todo mundo vai falar para mim “mais você está se reportando ainda do período Brasil Colônia”. Não, eu vou dizer para vocês uma história recente, vocês devem conhecer também por nome, o professor Milton Santos que foi um dos maiores geógrafos. O professor Milton Santos prestou o concurso, passou na Universidade de São Paulo, passou o seu período probatório e passou mais um ano e meio do seu período probatório.

O professor Milton Santos só teve reconhecido o seu período probatório depois que uma comissão de notáveis desceu à reitoria e entre eles estavam o professor Florestam Fernandes, o professor ex-presidente da república o Fernando Henrique e com isso botaram o pé na porta para que o Milton Santos tivesse, fosse efetivado na universidade.

Eu estou falando essas coisas porque eu estou passando pelos professores que são tidos os quadros fundamentais da universidade, passando por alunos que quase a gente não via alunos negros na universidade e falando também um pouco do peso que essa segregação racial tem na Universidade de São Paulo em relação ao seu quadro técnico administrativo que é invisível.

Então essas questões eu entrei na universidade em 1986 e achei aquela universidade uma maravilha, no primeiro momento feliz da vida, “vou trabalhar na USP”, aquela coisa e quando você começa a conviver, você vê que o que tem do lado de fora, a sua paisagem, o seu projeto arquitetônico é uma coisa, as relações dentro da universidade é outra.

Então em 1986 eu entrei e comecei a ficar preocupada com a questão étnica racial, em 1987 eu procurei o DCE e lá no DCE estava o Wilson Honório que era um estudante da ECA, da Comunicação e Artes da USP, procurei a ADUSP e tinha um professor negro na direção da ADUSP também que era o professor Henrique Cunha

Junior que era professor de engenharia elétrica de São Carlos. Então eu estava no sindicato dos trabalhadores da USP naquele momento e com mais esses dois nós começamos a discutir a necessidade de tirar da mão acadêmica um olhar puro da academia, mas em transformarmos enquanto sujeito a discussão política e acadêmica do que era ser negro dentro da universidade de São Paulo.

Com isto nós começamos a ir atrás, não precisou nem ir muito, as questões começaram a bater em nossa porta. Aí nós começamos ver como eram tratados os funcionários na Universidade de São Paulo, como era tratado os poucos, mas muito poucos alunos que tinham naquele momento na Universidade de São Paulo e o corpo discente nós tínhamos cinco professores negros só, em um universo de quase cinco mil professores, nós tínhamos cinco docentes negros e não é porque não tinha pessoas capacitadas para sê-lo, o processo que se dá para a inserção dos professores alijavam da cadeira os docentes negros.

Em 1988 na época da abolição da escravatura, a Universidade de São Paulo chamou um evento internacional para discutir a questão da étnica racial na Universidade de São Paulo e pasmem, a Mesa era toda branca, não tinha um negro na Mesa. Você contou com o professor Thomas Skidmore, o professor Joao Batista, outros intelectuais brancos para falar da questão étnica racial.

Quando você olhou para a primeira fileira lá estava o professor Milton Santos, professor Kabengele Munanga, professora Eunice Prudente, você tinha o professor Edson e mais a militância negra sentada para assistir mais uma vez falarem de nós sem discutir conosco e sem nós podermos falar da nossa história com o nosso olhar, com a nossa verdade sentida, não uma verdade olhada com um olhar branco, de quem sempre falassem sem pertencer.

Então essa questão nos levou a intensificar o nosso olhar para a Universidade de São Paulo em sua questão de como que se davam as relações étnicas raciais. Então ao final de 1987 e início de 1988 é fundado o Núcleo de Consciência Negra na Universidade de São Paulo e nós passamos então a agir tanto nas questões das denúncias que nos chegavam como pensar qual era o passo para transformar aquela realidade e chegamos à conclusão na década de 1990, já em 1994 foi quando nós

conseguimos constituir o cursinho pré-vestibular para negros e carentes do núcleo de consciência negra.

Foi um dos primeiros cursinhos que entrava para qualificar e formar as pessoas para disputar nesse universo injusto do pré-vestibular o vestibular da Universidade de São Paulo. Injusto por quê? Com a ditadura militar houve o sucateamento das escolas públicas com a e aí abre-se para a classe média a possibilidade de se colocar seus filhos em escolas particulares e os nossos filhos irem para uma escola pública sucateada e deixam a universidade que é um órgão considerado de ponta da educação para os filhos da elite que são preparados a sua vida inteira para poder entrar à universidade.

E isso quer dizer que as crianças negras e carentes não é que elas não tenham condições, não é que elas não têm. Tanto é que nós estamos provando no dia a dia que nós temos condições de fazer essa disputa e de entrar, mas é que me ensinar como fazer a prova do vestibular não quer dizer que eu seja uma pessoa mais culta que a outra e é isso o que acontece nesse país, os filhos das elites aprendem como fazer as provas do vestibular para poder acessar a universidade que é sustentada com o nosso dinheiro, com a maior parte dos recursos que os filhos dos negros, que os filhos dos pobres contribuem para essa universidade que é a arrecadação do ICMS que é transferido a cota parte para a universidade, para as três universidades de cidades estaduais paulistas e aqui eu não estou falando só da USP, estou falando de como se comportam as três universidades estaduais paulistas em questão a relação étnica racial.

Eu estou fazendo esse apanhado para dizer para vocês que nós tivemos coisas bizarras como, uma candidata disputar um processo de seleção em 1980 e pouco quando era permitido se fazer a entrevista e então duas candidatas foram para a final e aí o entrevistador que era um professor vira e fala para uma das candidatas, “Lamento muito, você não passou no concurso, eu preciso de uma secretária bilíngue. Como você fala mais de dois idiomas, você não está classificada para esta vaga”.

Aí quer dizer, esta que falava mais de dois idiomas, que não era bilíngue, devia ter tri, quadrilíngue, ela não foi classificada e ela era negra, este era o detalhe. A outra, morena, dentro dos padrões, esta foi a pessoa que passou. E fizemos todo o processo esperneante que poderíamos fazer na época, mas não deu em nada e ela realmente não entrou e aí começamos e então a perseguir os concursos que aconteciam na USP. Que

para você passar para a jardinagem, para a zeladoria, para você trabalhar como atendente ou auxiliar de enfermagem nas instituições de saúde tudo bem, mas para ocupar cargos tudo mal.

Bom, e aí começa então o nosso grande debate com a universidade e ganhamos muitos aliados, não podemos esquecer-nos disso, ganhamos muitos professores progressistas que se aliaram conosco, professores brancos, conseguimos resistir, ocupar, a gente não invade, a gente ocupa, ocupar um espaço na universidade e estamos resistindo até hoje lá com ameaça de tempo em tempo de demolição do nosso espaço, as parece que agora nós estamos conseguindo uma interlocução com a reitoria porque onde existe o Núcleo de Consciência Negra seria construído um estacionamento.

Então o reitor quando tomou posse participamos junto de uma recepção de calouros e quando foi dito isso ele se comprometeu que enquanto não arrumasse um espaço igual ou melhor ao que nós temos hoje, nós permaneceríamos no espaço. Então por enquanto estamos lá tentando negociar as reformas necessárias.

Mas isso daí demonstra muito bem o que é o racismo, porque na Universidade de São Paulo tem a Casa de Cultura Japonesa e eu acho que tem que existir mesmo, mas tem que existir a Casa de Cultura Afro-brasileira porque isto é fazer uma política respeitada à população que nós temos no estado de São Paulo e no Brasil.

São muitos casos a serem relatados aqui de discriminação racial, mas com problemas muito graves e sérios que as pessoas não querem é se expor para não perder a sua carreira acadêmica. Por exemplo, os senhores devem ter acompanhado via internet quando foi a desocupação do DCE. Tinha um grupo de alunos sentados aguardando outros colegas, a polícia chegou e se direcionou a um estudante e de maneira violenta, tem isso no you tube, de maneira violenta com arma apontada para o aluno e etc. Quem era este aluno? Era um aluno negro que para os policiais, ele não era nem aluno porque ali não era lugar de preto e não tinha aluno preto na universidade.

Então eu estou colocando essas questões que a gente vê e não se comove com ela, mas ela é parte da nossa realidade, de cada um de nós, sejam brancos, sejam negros e que nós temos que tomar isso para poder transformar essa realidade e ter uma vida melhor. Essa discussão na universidade, a administração universitária diz que não tem

nada a ver com isso porque não foram eles quem fizeram isso e sim quem fez isso foi a polícia.

Mas a polícia está dentro do campus da USP chancelada pela administração da universidade. Então as suas ações realizadas lá, elas são de responsabilidade tanto da administração central, como do comandante da área e isto daí nós temos que ter muito claro.

A questão da discriminação racial na Universidade de São Paulo, nas estaduais paulistas, ela tem que tocar, sensibilizar aos professores conservadores que temos lá. Nós tivemos passagens drásticas muito traumáticas na universidade tanto dentro dos órgãos de decisão da universidade como foi no ano de 2012, 2013 na discussão do PME-SP que estávamos presentes, um grupo que por insistência de alguns colegas do núcleo que conseguiram apoio com os estudantes, com a APG, com o DCE de sermos convidados para essa audiência e nesta audiência as atrocidades ali relatadas, a gente não consegue nem descrever direito, mas envolve o caso racial, o caso machista e o desrespeito às leis instituídas no país.

Até a pouco tempo diziam que nós queríamos privilégios ao ingressar negros na universidade. Nós falamos, “não estamos pedindo privilégios, estamos dizendo que neste momento nós temos inserção diferente, nós temos que ter tratamento diferenciado para mais à frente podermos igualar o tratamento igual, nós não chegamos aqui e ganhamos bônus da coroa, nós não ganhamos terra, nós não fomos amparados por esse estado”.

Então a necessidade de reparar os crimes cometidos contra o povo negro e africano é de fundamental importância e reserva de vaga não é um privilégio para a população negra, privilégio é o que tem os brancos hoje, nós temos que falar isso com todas as letras, que foram concedidas terras, foi concedido dinheiro, é concedido até hoje dinheiro às pessoas, nós sustentamos esta organização educacional e os nossos filhos não podem entrar lá.

Então no mínimo para termos tratamentos iguais, nós temos que ter uma reserva de vaga para essa população para que na convivência conjunta a gente (ininteligível) na academia não tenha a convivência de negros e brancos. Quando tem é um negro aqui e outro ali. Mas você poder socializar a cultura africana com os brancos, cada um com sua

cultura, seja judaica, seja católica, anglo americana, islâmica, mas esta mistura é que pode efetivamente construir uma sociedade diferente plural para que a gente possa responder às necessidades da sociedade e saber do que estamos falando, porque a gente fala “vamos fazer pesquisa do remédio X” que não interessa à população, interessa ao mercado de farmácia, mas não interessa efetivamente a nossa população enquanto usuária.

Essas questões são fundamentais colocar porque as universidades estaduais paulistas não conseguirão se renovar, pensar em tecnologia que atenda à necessidade dessa população se ela efetivamente não se abrir para negros, indígenas para o acento escolar.

Então quando o núcleo de consciência vem à Assembleia Legislativa, nós podemos dizer que é um processo de reeducação da nossa população porque aonde até um de nós barramos pessoas nas entradas, ou seja, da Faculdade de Medicina, ou seja, no CP-USP aonde se barra o negro estudante e você deixa um branco transitar porque você não encara aquele negro enquanto parte da comunidade acadêmica.

Então temos que se repensar, tem que reeducar todos os docentes, os alunos, nós para que efetivamente esta universidade possa atender à necessidade da população paulistana e da população brasileira.

Então eu acho que neste momento para iniciar uma discussão e podemos falar sobre o racismo institucional, para podermos falar dos acontecimentos que têm dentro das instituições e em particular eu vou falar da USP porque eu sou funcionária da USP.

Nós temos a necessidade de que as autoridades universitárias se desnudem e vejam que efetivamente o setor mais conservador não vai abrir de qualquer maneira o acesso e o pensar e o repensar à universidade. Para isso eles têm que ter a consciência que a universidade é racista porque ela assim foi formada e que é preciso efetivamente fazer coisas mínimas. A lei 10.639, o ensino da história da África, a USP tem a obrigação, ela tem que ter a responsabilidade de formar quadros para ir à sociedade brasileira para poder ensinar a história da África.

Mas ela tem que se repensar porque não adianta ensinar história da África com meu cunho racista. Então ela tem que chamar o movimento negro que está altamente

qualificado, nós temos quadros titulados para poder fazer essa formação e romper com essa barreira e isso dentro de seus conselhos tanto universitário e congregações tem que se fazer essa discussão e tem que se rever a postura da sua resistência de não querer implementar o que é lei.

Porque diziam que nós não cumríamos a lei, hoje eu posso dizer com muita tranquilidade que a Universidade de São Paulo não cumpre nem a lei 10.639 e nem a resolução que veio para normatizar a lei 10.639. Então é imperioso que a Assembleia nesta CPI nos ajude a fazer isso e tem que ter meios para que a universidade efetivamente repense seu caminho e passe a cumprir a lei, porque se eu não cumpro a lei eu sou sancionada. Agora as instituições públicas desse país, dependendo de quem está em sua administração, não cumpre a lei e ninguém é sancionado e eu continuo sustendo essas instituições. Impunidade institucional, então isto para mim é muito grave.

Eu agradeço ao deputado Adriano Diogo, aos deputados e espero ter contribuído um pouco para este debate que nós estamos iniciando agora. Obrigada.

(Palmas)

O SR. MARCO AURÉLIO – PT – Jupiara, permaneça um pouquinho conosco, só mais alguns minutinhos. É que de repente a gente queira fazer algumas questões só para elucidar porque você fez um relato histórico e que depois você contemporizou muito bem.

Tem uma curiosidade de minha parte, já que você tem essa visão histórica, você acha que mesmo a passos lentos, mesmo com muita dificuldade, mas está havendo algum tipo de avanço nessa questão que se antes foi mais grave, claro que toda discriminação é grave, toda ela, mas se antes era mais grave ou se hoje tem mais pessoas que defende a causa, se hoje é menos difícil trabalhar essa questão? A fazer uma análise histórica, você diria que em 2015 nós temos uma situação ainda que ruim, porém melhor do que há 15, 20 anos atrás?

A SRA. JUPIARA CASTRO – Deputado, eu sempre falo assim, não dá para jogar a água, a bacia e o bebê fora. Nós, o Movimento Negro abriu um caminho de luta muito grande para podermos chegar aonde chegamos. Não é ainda o sonho, não é o que idealizamos inclusive eu digo isso o tempo inteiro, quando nós iniciamos o processo de reparação que é esse processo que nasce no Núcleo de Consciência Negra em 1991 até 1994, nós tivemos incompreensões de diversos lados do que seria este processo de reparações. Com isso nós conseguimos que uma série de intelectuais que dentro e fora das universidades contribuíssem na elaboração de projetos para poder a gente ter políticas públicas voltadas para a população negra.

Não dá para eu jogar fora o que pensamos em relação à educação, em que pensamos em relação à saúde da população negra, o que estamos pensando, continuamos pensando e elaborando em relação à mídia e aí eu acho que nós temos que entrar e entrar de forma dura com essas poucas famílias que detêm o controle da mídia e que passam a imagem do negro da forma que quer, isso aí é uma luta que ela é política, ela tem que estar dentro do Legislativo e o Legislativo tem que ter proposta de transformação dessas leis.

Mas eu acho que nós demos algumas avançadas, mas falta ainda um caminhar longo e é muito árduo e eu tenho que contar com parceiros na Assembleia Legislativa, na Câmara Municipal, no Congresso Nacional e na sociedade. Nós descrevemos o que é necessário para a nossa população e pedimos aos senhores que fazem as leis que as transformem em realidade.

Uma das coisas é que aqui nessa Casa nós estamos com um projeto de lei que são para as cotas nas universidades estaduais paulistas e ela contempla não só aos negros, ela contempla os deficientes físicos e nós temos aqui autores da lei que é o Dr. Professor Silvio, o professor Douglas que estão aqui, vão falar hoje.

Então quer dizer, esta parceria é fundamental para que a gente possa avançar e continuar um trabalho que a gente sabe que não vai ser tranquilo, porque o que eu estou dizendo para a Universidade de São Paulo é que não haverá mais privilégios. Quer dizer, eu serei igual sendo diferente, eu terei o poder de entrar na universidade. Os meus descendentes terão esse poder.

Então este privilégio que se tem hoje as famílias poderosas, ela vai ser dividida e quem não entender isso vai ficar chorando toda a mortandade que tem aqui as crianças que são ganhas para o tráfico, vão então instituir, avançar e recrudescer no mando de assassinatos de jovens negros e carentes, porque este vai ser o jeito de eliminar os negros para que eles não tenham acesso à universidade.

Então quer dizer, nós avançamos, mas ainda tem muita coisa para se fazer.

O SR. MARCO AURÉLIO – PT – Muito obrigado. Eu até queria incorporar a sua fala no sentido de que claro que nós podemos aqui elaborar algumas questões legais e tal, mas eu não sei a sua opinião, a minha opinião é que eu acho necessário hoje avançar a questão da concepção, da cultura, da conscientização porque a própria Constituição de 1988 já trouxe um avanço muito grande no sentido de que todos são iguais perante a lei, proibiu a discriminação e uma série de coisas.

No entanto, apesar da Constituição ser de 1988, portanto é uma lei, lei máxima no país, quando você faz o relato da USP e aí em minha cabeça comecei a pensar também não só na USP, pega a igreja, tem poucos líderes religiosos negros. Você pega o Congresso Nacional, aqui nessa Casa quantos deputados estaduais negros nós temos?

Quer dizer, então a gente começa a perceber que em vários locais, sobretudo locais têm algum tipo de poder de decisão, de influência maior na sociedade, seja igreja, sindicato, parlamento, câmara de vereadores, a gente vê o número reduzido quando demograficamente é quase que 50% ou 50%. Quer dizer, então você tem uma desproporcional, uma participação desproporcional do negro, sobretudo, em posições que afetam, que influenciam mais na sociedade.

Mas eu fiz essa pergunta inicial, mas só no sentido para a gente não desanimar. Quer dizer, tem muita coisa pela frente, muita coisa, o desafio é grande, mas em relação ao que era, alguma coisa avançou. Pouco? Tudo bem, agora o que nós não podemos é permitir o retrocesso porque também ao mesmo tempo, no século XXI, em 2015 começam a surgir grupos também que incentivam a discriminação, o preconceito, a homofobia.

Quer dizer, então a gente não pode em hipótese alguma permitir um retrocesso, acho que é um momento de muita reflexão que a gente precisa fazer para que não permita o retrocesso e continue avançando até que um dia a gente tenha essa sociedade que a própria constituição já diz que ser igual para todos. Obrigado e parabéns.

O SR. ULYSSES TASSINARI – PV – Pela ordem senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT – Pela ordem deputado Ulysses Tassinari.

O SR. ULYSSES TASSINARI – PV – Eu só quero dar um testemunho. Estava aqui rememorando os tempos de faculdade, eu sou médico formado pela Universidade de São Paulo, ingressei em 1958 e me formei em 1963 e quando ingressei na faculdade existiam 80 vagas. Dessas 80 vagas, 80 alunos que ingressavam não tinham nenhum colega negro ou colega negra. Não me lembro de ter tido algum professor negro.

Mesmo depois de formado, agora em minha vida profissional, sempre atuei no Interior, conheci e convivi com milhares de médicos. Excepcionalmente a gente cruzava com um médico negro. Então realmente é uma injustiça muito grande que deve ser corrigida.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT – Beleza de depoimento. Eu queria falar o seguinte, duas coisas. O Silvio vai falar, o Douglas vai falar. Professora a senhora não se apresentou quando a senhora sentou, a senhora já embalou, não falou seu nome completo, nem quem é a senhora, não falou nada, não se apresentou. Poderia fazer isso pelo menos para efeito.

A SRA. JUPIARA CASTRO – Eu peço desculpas, mas é como um debute, não é? Você então está debutando e você fica nervoso. Apesar de você falar muito, muito

nome é Jupiara Gonçalves de Castro, eu sou funcionária da Universidade de São Paulo, lotada no Centro de Saúde Escola Butantã da Faculdade de Medicina da USP.

(Inaudível)

A SRA. JUPIARA CASTRO – Não, eu trabalho com recursos humanos, eu coordeno a área de recursos humanos.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT – Então está bom. Bom, vamos ver o encaminhamento. Eu queria anunciar que chegou agora a pouco de Adamantina o professor Márcio Cardim que é membro do Conselho Estadual de Educação e é o diretor geral das faculdades adamantinenses.

Como a nossa Sessão aqui hoje do movimento negro é muito longa e vão ter vários depoimentos, várias pessoas se prepararam, eu queria fazer uma consulta se nós não poderíamos interromper por 15 minutos no máximo essa Sessão para que a gente apresentasse o vídeo do que aconteceu lá em Adamantina ontem, uma coisa gravíssima, tanto é que o diretor já está aqui hoje para a gente apresentar e retomar o tema.

E uma coisa que eu queria falar aqui na frente do Dr. Ulysses já que está o Douglas, a professora que acabou de falar e o Silvio, que quando a gente começou essa CPI nós começamos a estudar a formação da Universidade de São Paulo e a Faculdade de Medicina e qual não foi a nossa surpresa que estudando a gente descobriu que um senhor chamado Norberto Kehl trouxe para o Brasil, não sei qual o grau de parentesco que ele tem com a professora Maria Rita Kehl, escreve igualzinho o nome dela, não sei se é avô dela ou se é pai, trouxe para o Brasil a teoria da Eugenia, a teoria da raça pura.

Tanto é que ele recomendava às faculdades de medicina e às secretárias de saúde que se chamassem “faculdades de higiene” e aí é que nasceu a questão dos sanitaristas porque era época da gripe espanhola e tal e tinha aqueles enormes cortiços e então tinha ter noções de higiene e saúde pública.

Então eu queria dizer que se a gente for estudar e vocês são muito mais estudiosos que eu, vocês estão mais na academia, que um dia vocês organizassem para a gente aqui, se pudessem ainda no prazo da CPI um seminário sobre o que foi a Eugenia. Eu sempre peço para o Danilo assim de repente publicar, tem uma tese sobre a Eugenia que eu sempre ponho aí na tela, mas depois a gente vê. Só quero fazer uma consulta.

O professor Cardim, ele não fez nenhuma exigência, ele veio para cá. O que vocês acham? Tocamos a nossa Sessão e em um determinado horário a gente interrompe para falar de Adamantina ou posso falar de Adamantina já, a gente delibera e continua até a hora que for necessária? Estou fazendo uma consulta sincera, não é uma imposição.

(Inaudível)

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT – Posso fazer? São 15 minutos de relógio. A gente apresenta o vídeo, é um vídeo curtinho, o professor fala e a gente continua a vida, está bom? Pode ser Silvio? Pode ser companheiros? Vocês concordam? Professor Cardim então venha aqui para a Mesa, o senhor foi tão correto, o negócio aconteceu ontem e o senhor já está aqui hoje para depor. Peço para por uma água e café para ele, então apresentando.

Então sem mais delongas, Danilo, o vídeo está na linha aí? Por favor.

É feita a exibição de um vídeo.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT – Então vamos lá. Ascende a luz e vamos passar imediatamente a palavra. Professor, embora a reportagem diga que é uma instituição particular, é uma autarquia municipal, não é?

O SR. MÁRCIO CARDIM – Exato.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT – É Faculdades Adamantinenses Integradas, professor Dr. Márcio cardim, diretor geral coma palavra.

O SR. MÁRCIO CARDIM – Boa tarde a todos, obrigado pelo espaço deputado, todos os deputados aqui presentes. Eu sou o diretor dessa instituição, ela é uma instituição pública municipal, ela cobra mensalidade apesar de pública em função da Constituição de 1988 porque ela foi criada anteriormente à Constituição de 1988.

Como ela não recebe repasse nem do Estado e nem do município e da federação como as públicas USP, UNESP, UNICAMP e as FATECs, então ela cobra uma mensalidade com valor bem inferior daquilo praticado pelas instituições privadas. É uma instituição que tudo o que se arrecada de investimentos oriundos de mensalidade, projetos de pesquisas e bolsas é revertido para a própria instituição.

A instituição na região em que estamos ela tem 4.500 alunos, são 35 cursos de graduação e mais 20 cursos de pós-graduação. Então realmente assim, é um diamante que a região tem porque ela dá mais de 20.000 atendimentos a toda comunidade de Adamantina e região nas suas clínicas de odontologia, fisioterapia, psicologia, nute clínica, laboratório de águas, de solos enfim, ela dá um atendimento muito amplo à população.

Ela tem 46 anos de existência, é a primeira vez que ocorre um fato isolado como esse, um fato triste que a direção já instaurou um processo administrativo, nós já colocamos na ouvidoria, já estamos recebendo denúncias de alunos para a gente poder auxiliar a polícia nas investigações, temos várias fotos, vídeos que ser levados os culpados a pagar por aquilo que fizeram, porque é um absurdo muito grande aquilo que foi feito não só com essa aluna e com outros alunos também que não chegaram a ter queimaduras do grau que essa menina teve.

Mas a instituição ela providenciou, ela trabalha com o trote solidário ao longo do ano, isso é feito todos os anos. Nós colocamos dentro do campus uma equipe de

segurança, tanto é que o ocorrido não foi dentro do campus, o ocorrido foi fora do campus e aí a situação fica difícil de você controlar. Inclusive as imagens e as fotos que nós estamos recebendo, é porque alunos que estavam participando, vendo o absurdo, eles fotografaram e estão nos encaminhando e nós estamos repassando isso para a polícia para colaborar nas investigações.

Então a instituição ela é pública municipal, elas discrimina radicalmente esse tipo de ação e todos os alunos que forem detectados por essa sindicância, eles vão responder por expulsão da instituição. A instituição não quer alunos com este perfil estudando, que é uma instituição de história de 46 anos que pratica o ensino de qualidade, um ensino público de qualidade e presta um serviço a toda a comunidade.

Então a instituição está pronta para punir esses agressores de forma realmente exemplar para mostrar que esses jovens, eles têm que realmente receber esses alunos com uma postura mais digna, uma postura que leve realmente esses alunos a colaborar com a população e não agredir da forma que eles agrediram esses jovens. Então a instituição está trabalhando nesse sentido para prevenir inclusive para os próximos anos para que isso não aconteça mais.

Os trabalhos que foram realizados dentro do campus surtiu efeito através de várias coordenações de cursos, vários cursos já pregam o trote solidário recebendo o aluno com doação de sangue, doação de alimentos, mas infelizmente um fato isolado de um curso acabou provocando todo esse marketing que hoje está aí em âmbito nacional.

Então a gente lamenta muito o ocorrido e a instituição vai tomar sim todas as providências para punir os responsáveis por esse ato tão inimaginável inclusive pela direção. Como eu disse, em 46 anos de existência é a primeira vez que isso realmente ocorre em nossa instituição. Uma cidade pequena, Adamantina tem 35 mil habitantes, as regiões entorno são cidades menores ainda e então por isso que eu disse, a nossa instituição é um diamante naquela região porque sem essa instituição nós não estaríamos inserindo esses jovens com bolsa inclusive no ensino superior.

Então essa instituição tem realmente um trabalho sério de atender esses jovens carentes. Quase que 95% dos nossos alunos são oriundos de escolas públicas, alunos carentes que não têm condições de pagar uma mensalidade.

Para vocês terem uma ideia nós aprovamos perante a CAPS 420 bolsas no valor de 400 reais, o nosso curso custa 313 e nós temos lá 420 alunos usufruindo de bolsa e ainda tem um restante de mensalidade para ele poder gastar esses 80 reais aí com alimentação. Então realmente a instituição faz um trabalho importante na região. É isso que eu queria relatar senhor. Se alguém quiser fazer alguma pergunta.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT – Deputada Sarah Munhoz.

A SRA. SARAH MUNHOZ – PCdoB – Bom professor, eu acho que até seu movimento já é fruto de um trabalho que vem sendo coordenado brilhantemente pelo deputado Adriano Diogo sobre a questão da criminalização dos trotes nas universidades.

A situação que nos apresenta professor é a seguinte, primeiro, não é um escândalo nacional. Aconteceu um fato, ele não é isolado porque tem outra pessoa, pelo relato, eu estou colocando tudo em cima do relato que a menina coloca. Então ele não é um fato isolado porque seria assim, ela estava passando na rua e alguém jogou. Para ser isolado em minha opinião, alguém jogou ácido na perna de uma estudante da faculdade de Adamantina. Isso seria um fato isolado. O senhor concorda comigo? Então isso seria um fato isolado.

Agora estavam fazendo o trote até certo momento dentro dos limites concebíveis e de repente dois vândalos, dois loucos, dois não sei como caracterizá-los porque pessoas desse nível já não estão com uma consciência tão adequada, jogam um produto nas pernas da menina e segundo o “Jornal Estadão”, não foi só uma que foi afetada, foram duas meninas. Segundo o “Estadão” essa menina que é extremamente jovem vai ter os defeitos e as marcas desse ato insano para o resto da vida.

Então assim, eu imploro ao senhor que primeiro repudie veementemente o trote. Segundo, a universidade não se exime do fato de não ter acontecido em suas dependências porque ela é uma universidade, uma faculdade municipal e ela está dentro do seu município e está com pessoas que estão integradas dentro de um pacote que é chamado a turma X, Y, Z da universidade.

Então embora diretamente ela não seja responsável e isso eu concordo com o senhor, a corresponsabilidade é a (ininteligível) plena, haja vista que essa plenitude existe que o senhor mesmo já falou, aconteceu ontem e hoje já tem, instaurada.

O SR. MÁRCIO CARDIM – Comissão de sindicância.

A SRA. SARAH MUNHOZ – PCdoB – Uma Comissão de Sindicância instaurada. Então o senhor veja, embora em seu discurso o senhor tenha colocado que foi fora da faculdade, mas a faculdade não se isolou e não disse que não. Então eu gostaria que o senhor entendesse duas coisas que são importantes em minha opinião, primeiro que não é um ato isolado e segundo não colocou o senhor na mídia nacional, muito pelo contrário, o senhor está vindo aqui com um posicionamento tranquilo e quem dera nós tivéssemos outros reitores que assumissem que isso aconteceu, que assumissem o compromisso de colocar essas pessoas para fora.

Agora professor eu só lhe peço uma coisa, não passar a mão na cabeça desses vândalos ao término do inquérito e dentro da universidade de Adamantina realmente o trote com lesão corporal, lesão moral, lesão física, lesão social, lesão de gênero, lesão de raça seja criminalizado e essa é a minha grande esperança e o senhor hoje se aponta aqui dentro dessa CPI como uma luz no fim do túnel.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT – Professor eu também vou falar porque aí o senhor conclui e já fecha tudo. Só queria primeiro agradecer ao senhor por ter vindo de Adamantina aqui hoje, aconteceu ontem e o senhor já está aqui hoje. Isso não tem precedente, não tem preço.

Segunda coisa que eu queria falar para o senhor professor, não tem trote solidário, não tem. Não dá para entrar nessa conversa de doar sangue, trote é trote, não dá para vacilar porque esses loucos aí, esses fascistas que estão envolvidos, imagina, a foto é clara, eles não queimaram só as pernas da menina, queimaram a barriga da menina, queimaram a parte baixa da menina, os caras são loucos.

E senhor vê que ela falou que teve aquele alcoolismo forçado, aquela indução para beber, é uma criança, ela tem 17 anos. Então a primeira coisa que eu queria falar para o senhor professor que o senhor está aqui hoje, a polícia não toma providência nenhuma se a universidade não toma, eles não fazem nada.

Então lógico que tem que fazer o processo com o devido contraditório, mas tem que expulsar esses caras, não só os caras que jogaram ácido, mas os caras que fizeram toda essa cena, a pajelança do cerco da menina, do terror, tem que pegar o grupo, o grupo que organizou.

Agora lógico que eles tiveram um álibi, eles não fizeram dentro da faculdade, mas fizeram na pracinha em frente à faculdade, tiveram um álibi. Eles são criminosos que premeditaram um crime, então professor o senhor, se o senhor agir com rigor, o senhor vai dar um exemplo nacional porque trote é sinônimo de tortura, é prática de tortura, tem que ser enquadrado nesse capítulo e não pode ter perdão para esses criminosos.

Então eu estou falando com essa veemência, com essa emoção porque eu sei que os caras são loucos, eles põem anfetamina na bebida das meninas, servem em caipirinha e tal e fazem as loucuras mais absurdas possíveis. Então o senhor está aqui hoje e eu interrompi uma Sessão que nós demoramos quase um mês para organizar e eu me emociono, o senhor veio de Adamantina, está aqui hoje e estamos valorizando.

Agora professor, puna, faça disso um exemplo nacional. A menina tem 17 anos, ela mora em Flórida Paulista, tem três ruas em Flórida, é quase um vilarejo, quase um distrito. Então esses caras são criminosos professor.

Então obrigado, parabéns, mas olhe, já que deu mídia nacional, reaja com a mídia nacional fale assim, “eu não tenho vergonha de encarar esses bandidos, esses torturadores”, tá? Quero falar isso para o senhor.

A SRA. SARAH MUNHOZ – PCdoB – Use a mídia a seu favor professor.

O SR. MARCO AURÉLIO – PT – Professor eu também quero agradecer a sua presença aqui e até fazer uma solicitação se for possível de que assim que tiver algum encaminhamento, algum esclarecimento e puder mandar algum documento aqui para a Comissão porque já que foi, o senhor falou aqui à Comissão de uma maneira oficial, é interessante que essa Casa também receba de maneira oficial um documento “olhe, nós punimos fulano”, quer dizer, mandar para a gente para efeito de arquivo histórico aqui da Assembleia que para nós é importante.

Como disse o presidente, para que, nenhum de nós desejamos que aconteça o que aconteceu, mas que aconteceu, que tenha uma punição, que tenha uma ação exemplar que é isso que a gente deseja.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT – Dê o nosso e-mail para ele mandar os documentos da CPI Universidades.

O SR. MARCO AURÉLIO – PT – Vamos passar o endereço eletrônico também e muito obrigado pela sua presença aqui.

O SR. ULYSSES TASSINARI – PV – Pela ordem senhor presidente. Também queria cumprimentar o professor, enaltecer a sua atitude em vir aqui, trazer os esclarecimentos e principalmente a sua disposição no sentido de que os fatos sejam esclarecidos e os culpados devidamente punidos. Parabéns, quero crer que é uma contribuição extraordinária para que se coíba realmente o trote em todo território nacional. Parabéns.

O SR. MÁRCIO CARDIM – Para concluir eu acho que tudo o que eu disser aqui eu acho que não vai ter assim muito sentido. Eu acho que a minha resposta vai ser pelo ato que a instituição vai tomar e punir os responsáveis. Então a instituição vai realmente levar isso a sério, eu sou um servidor público desde pequenininho a minha vida, a minha trajetória é em universidades públicas e então a gente precisa realmente

não é com palavras, é com ações e punir esses responsáveis. Isso eu garanto para essa Assembleia que vocês vão receber o desfecho desse caso e nós vamos realmente punir para nossa instituição servir de exemplo nacionalmente também punindo esses responsáveis para que não ocorra mais em nível de Brasil.

Eu agradeço o espaço e muito obrigado pela (ininteligível).

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT – Obrigado professor, depois a gente manda um e-mail, mas o nosso e-mail tudo o que o senhor puder mandar de documentação é cpiuniversidades@al.sp.gov.br. Como nós vimos a cara da delegada, ela olhando assim para o horizonte, assim procurando, nós já vimos que aquilo lá, desculpe a sinceridade, aquilo lá não vai dar nada. Então, por favor, nós vamos apoiá-lo em tudo. Muito obrigado professor. Vamos lá.

A SRA. SARAH MUNHOZ – PCdoB – Conte com a gente professor.

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT – Bom, vamos retomar a nossa dura realidade aqui. Dan, então antes de começar, só põe aquele texto da Eugenia para motivar ao Douglas, os pesquisadores. O que eu estou pedindo para vocês todos companheiros? Esse é o texto importante que mostra como foi fundada a Universidade de São Paulo em particular a Faculdade de Medicina.

Nós não temos perna para organizar um seminário sobre a Eugenia, então era os anos 1930, na Europa estava a discussão sobre a raça pura, sobre a prevalência da raça pura. Essa teoria foi trazida para o Brasil, está lá, Renato Kehl, estão vendo? Renato Kehl.

Eles formaram um grupo de Eugenia na Faculdade de Medicina e fundaram o grupo dos “Eugênicos” que depois virou o grupo dos “Higiênicos”. Era uma formação

de um partido nazista que apregoava a formação da raça pura. Isso está na origem da formação da nossa universidade, no berço.

Essa tese dessa pesquisadora que está viva ainda e vocês poderiam procurá-la, a gente faria um seminário legal juntos e mostraríamos porque tem tanta dificuldade dos caras, é Pietra Diwan, “Uma História Especial no Brasil e no Mundo”, Editora Contexto. Está bom?

Então tem um DNA, não é uma história assim por acaso, que eles estavam batendo cabeça e de repente, então não é por acaso que a nossa querida Faculdade de Saúde Pública antigamente se chamava Faculdade de Higiene. A Secretaria de Saúde municipal e estadual chamava Secretaria de Higiene porque era a sugestão desses moços aí.

Lógico que tinha a Gripe Espanhola, tinha os cortiços, tinha toda aquela coisa que os sanitaristas diziam que tinha que fazer a limpeza e tal, mas a limpeza não era essa limpeza, não era só a limpeza da contaminação, era a limpeza étnica. Olhe lá, “A história da Eugenia”. Está difícil de ler de costas, estou forçando isso,

“A história da Eugenia, disciplina que adquiriu um status científico e objetivo em implantar um método em seleção humana baseadas nas primícias biológicas colocado pela autora como um tema relevante para o historiador se bem que desconfortável porque quer contribuir para uma reflexão sobre atitude que percebe dominar o mundo contemporâneo, da valorização da excessiva beleza física, da saúde intimamente ligada à questão da boa aparência e da eficácia do mercado. O estudo da Eugenia representaria ainda a possibilidade de pensar sobre a ética da manipulação dos genes sob os riscos que acredita existir da emergência de um neo-eugenismo pautado na terapia genética, na seleção embrionária para a obtenção de bebês cada vez mais saudáveis.”

Então é toda essa loucura que vocês conhecem muito melhor que eu, está bom? Estou pedindo, então vamos voltar a nossa realidade e vamos começar. Quem começa? Silvio venha para a Mesa. Vamos lá. Sente-se aqui, por favor. Venha mais alguém aqui ao lado do Silvio, por favor, para a Mesa ficar composta, bem organizada. A deputada vai voltar não é? Douglas fique aqui ao lado do Silvio, por favor, estou te convidando.

A SRA. – E uma mulher.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT – Uma mulher. Eu sempre peço.

A SRA. – (Inaudível)

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT – Pronto, a Mônica. Ótimo. O Kobayashi que é o organizador dessa Sessão, mas nessa madrugada teve um problema familiar, sua mãe passou muito mal, está internada e está fazendo um esforço sobre-humano e está aqui com a gente.

Então nós estamos meio atrapalhados, o Kuba está lá no fundo quietinho, mas então com a palavra o Silvio. Se apresente e vamos começar.

O SILVIO LUIZ DE ALMEIDA – Uma boa tarde a todas e todos e dizer a satisfação de participar de um momento tão importante, de uma discussão tão relevante. Meu nome é Silvio Luiz de Almeida, eu sou presidente do Instituto Luiz Gama, uma organização não governamental com sede em São Paulo e tem como objetivo fundamental a luta pelos direitos humanos e em especial a questão racial toma um grande relevo para as nossas atividades.

Sou também professor universitário, sou professor de Direito, sou mestre doutor em Direito. Tenho duas graduações, uma delas na Universidade de São Paulo, sou formado pela USP e a minha pós-graduação também o doutoramento eu fiz também na faculdade do Largo do São Francisco.

Pois bem, eu acho que a Jupiara Castro quando esteve aqui já colocou alguns pressupostos que são fundamentais para a compreensão de todo esse estado de coisas

que nós estamos observando na Universidade de São Paulo e um dos pontos que eu considero que tem altíssima relevância para a discussão é a questão de como se formaram as relações que hoje ainda estão presentes na Universidade de São Paulo e assim, especialmente na Faculdade de Medicina.

Quando o senhor deputado propõe a criação do seminário sobre Eugenia é exatamente para resgatar qual a gênese dessas relações que se reproduzem. Mas relações se reproduzem porque existem reinstuições que por meio do uso da força, também da produção de ideologias que vão sustentar as práticas sociais, essas instituições continuam trabalhando para que essas relações funcionem.

E é fundamental falar da Faculdade de Medicina, não falo só da Faculdade de Medicina, falo da Faculdade de Direito que é a genes da Universidade de São Paulo e das outras faculdades também que têm como ponto de partida essa discriminação ou essa separação ou essa exclusão do elemento negro dentro do seu interior.

A Universidade de São Paulo desde seu início, desde os primórdios sempre trabalhou para que fosse constituída uma espécie de separação, uma linha divisória entre setores da sociedade. A Faculdade de Direito nós sabemos muito bem que ela foi criada por imposição das elites paulistas para levar a cabo o projeto do liberalismo político no país, para formação das elites, os baixareis queriam administrar o Brasil, nunca houve uma preocupação com a formação de cidadania, nós temos o movimento inverso, as nossas faculdades de Direito foram constituídas não para dar conta dos interesses dos direitos individuais ou das questões relacionadas ao direito privado, mas foi constituída para formar quadros para administração pública e isso entendido como instituição de máquinas de repressão, realmente de administração dos negócios de quem sempre teve poder nesse país.

Do outro lado a Faculdade de Medicina que contribuiu muito também não a de São Paulo foi posterior, mas a Faculdade de Medicina da Bahia e a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro junto com o Museu de História Natural do Pará e também nós sabemos, portanto, que a nossa produção do conhecimento sempre se pautou por isso. Criar as condições políticas ideológicas para sustentar os poderes constituídos e para impedir sempre uma transformação.

O senhor deputado Marco Aurélio perguntou para a Jupiara se havia, se houve sucedidos de medidas contrárias a esse avanço. Então existe uma resistência muito forte e todo esse avanço é produto de uma luta radical de uma luta duríssima do movimento negro e todos aqueles que apostam na possibilidade de construir um país mais democrático ao mesmo tempo em que nós temos avanço, nós temos ainda hoje muito claramente dentro da Universidade de São Paulo, mas não só na de São Paulo, mas no Estado brasileiro todo um movimento para impedir e barrar qualquer tentativa de democratizar esse país. Nós sabemos disso.

Eu falo desde o Estado, falo também dos meios de comunicação, nós sabemos que há sim toda uma estrutura que vai gerar instituições que vão trabalhar pela manutenção das relações sociais que constituem esse país e fazem com que estejamos aqui nesse momento passando por essa situação.

Mas agora eu quero falar de algumas questões, eu quero ser muito breve e falar de quatro pontos para que possamos abrir para discussão e que considero fundamentais para demonstrar como a Universidade de São Paulo diz assim, ela perverte o ideal, hoje perverte o ideal do que seria uma universidade.

As universidades quando foram criadas sabemos que elas nunca foram isso, em lugar nenhum do mundo acredito que a universidade tenha se concretizar em seu sentido original. As universidades foram criadas à concepção é reproduzir por meio do pensamento, da teoria, da produção de conhecimento os conflitos que ocorrem em toda sociedade. Você, a universidade, a pluralidade, as diferenças, a partir de tudo isso dentro da universidade você construir conhecimentos que poderiam dar conta dos problemas que acontecem fora da universidade e que afligem toda sociedade.

Mas nós sabemos que a Universidade de São Paulo como já disse aqui, ela se constituiu ao longo do tempo por conta e característica da própria sociedade brasileira em um castelo de privilégios e um lugar onde as piores experiências sociais, o que a gente tem de pior na sociedade, pior eu digo, pior para quem é negro, pior para quem é gay, pior para quem é pobre, o que há de pior se reproduz no interior da universidade. Poderia ser diferente porque a sociedade é assim.

E aí eu chamo a atenção para um fato bastante inusitado que demonstra o que a Jupiara falou, não é só a questão, uma questão de consciência como muito se tem dito

aqui. Se fosse consciência, talvez não fosse necessário que o Estado Brasileiro representado por esses deputados que estão aqui, precisasse construir uma Comissão Parlamentar de Inquérito a fim de que fossem instrumentalizados e que sejam instrumentalizadas providências que vão implicar no uso da força do Estado Brasileiro. O Estado Brasileiro vai ter que usar a força, é para isso que tem Estado, para fazer com que essas resoluções se transformem em providências que mudem as práticas sociais.

Então é um fato inusitado que a gente está falando de negro também e não há fora os convidados, não há outros negros na Mesa, ou seja, isso se reproduz em todas as instâncias, no Judiciário e esses juízes saem também da Faculdade de Direito do Largo do São Francisco, saem das universidades, saem da Pontifícia Universidade Católica, saem da Universidade Mackenzie, saem das outras universidades, saem de lá. Ou seja, a exclusão dos negros e negras vai se refletir também em toda estruturação do poder seja do setor privado, mas do Estado também.

Então são quatro pontos que eu acho que demonstram claramente isso. O primeiro que eu quero chamar a atenção, são pontos bastante relevantes e que falam muito de perto com que a gente está dizendo aqui sobre esse problema da USP, o primeiro deles é sobre como há uma resistência da Universidade de São Paulo à implantação das ações afirmativas, acho que esse é o primeiro elemento, o primeiro elemento é esse.

Há uma resistência histórica da Universidade de São Paulo em relação às ações afirmativas. Mesmo quando o restante do Brasil se abre para a possibilidade de implantar ações afirmativas reconhece o racismo estrutural, reconhece o racismo institucional, o Estado de São Paulo resiste bravamente de maneira bandeirante à implantação de ações afirmativas e para isso, como não poderia deixar de ser, são criados grandes subterfúgios.

Um deles nós já falamos aqui que mobilizou o movimento negro, aqueles que também são solidários ao movimento negro enfim, isso é a questão PMESP que já foi falado aqui, que foi um programa de metas que qualquer que saiba um pouco ou conhece um pouco de pedagogia e conhece um pouco de ação afirmativa ou políticas públicas sabe que aquilo era uma aberração.

E é interessante, a Jupiara falou de como os professores sempre são aliados nas discussões. Uma das coisas que eu chamei a atenção, quando foi feito o PMESP não se chamou nenhum dos grandes intelectuais negros que estudam o assunto para fazer o programa. O professor, falam, o professor Kabengele Munanga não foi chamado. Até professores brancos que estudam o tema para ver como a questão do tema é muito mais complicado não foram chamados, o professor Fernando Mourão não foi chamado para discutir o tema.

Então vejam, o subterfúgio jurídico para isso é a alegação da autonomia universitária dizendo que as universidades são autônomas e, portanto, não pode haver interferência externa aos negócios da universidade. É quase que uma nova versão do separatismo, São Paulo tem geralmente um discurso pronto para esse tipo coisa, o que esses lunáticos falam sobre separatismo, querem separar, falam que São Paulo é algo diferente, são lunáticos.

Mas nós sabemos que essa loucura se repete em outros âmbitos e acho que o discurso da autonomia universitária é um exemplo claro dessa loucura da Universidade de São Paulo e seus dirigentes quererem se desconectar do restante do Brasil dizendo o seguinte, “nós fazemos o que nos dá na telha e não importa o que diz a Constituição e não importa o que diz as outras leis e não importam as experiências sociais de outros lugares”, o que mostra que nós estamos na contramão de tudo o que se tem sido feito. Então esse é o primeiro ponto.

Eu acho que a ausência de ação afirmativa e temos que caminhar para falar sobre ação afirmativa não apenas em relação aos alunos, nós temos que falar também de ação afirmativa no que se refere à composição do quadro docente e também dos servidores senão não vai adiantar nada. Nós temos que falar disso, nós temos que falar como é possível criar ações afirmativas não só para a entrada de alunos, mas também para professores e também servidores na Universidade de São Paulo.

Isto tem efeitos nefastos. Um dos efeitos a Jupiara falou que é um caso que cuida o Instituto Luiz Gama, o caso de um garoto que foi violentamente agredido por um policial militar que considerou pelo fato dele ser negro que ele não era aluno da Universidade de São Paulo.

E eu acho que seria também interessante dizer o seguinte, esse caso do ponto de vista da administração porque nós oferecemos, nós fomos à delegacia, a corregedoria investigou esse caso, queremos dizer que a Polícia Militar do estado de São Paulo não fez praticamente nada em relação ao policial agressor e um policial que inclusive já tinha histórico de outras agressões e não aconteceu absolutamente nada em relação a isso.

Bom, o segundo ponto também que eu acho que a gente tem que falar até já citei que é a situação dos trabalhadores da USP. A situação dos trabalhadores da USP em especial os trabalhadores terceirizados deixa muito claro que existe uma cultura de racismo explícita na Universidade de São Paulo porque ninguém se incomoda com isso.

Trabalhadores agredidos, violentados, tratados de uma maneira desumana e que dentro de uma universidade que tem uma Faculdade de Direito, Faculdade de Medicina, onde se produz conhecimento, onde estaria a elite paulistana, essas violações ocorrem de maneira frequente.

Então é necessário que se coloque as coisas no trilho, no mínimo no trilho, estou falando que isso aqui é o mínimo da legalidade e que essa Casa comece a verificar o que está sendo feito ao seu redor, que é a Universidade de São Paulo tratando os trabalhadores, em especial os trabalhadores terceirizados da maneira como estão sendo tratados e que em sua grande maioria são trabalhadores negros e negras.

O terceiro ponto que também já foi citado aqui é em relação à situação do Núcleo de Consciência Negra na USP também. Eu acho que quem é do núcleo pode falar melhor sobre isso, mas eu vi a afeição dos deputados e da deputada quando estavam aqui, como ficaram impressionados com o fato do reitor querer transformar o Núcleo de Consciência Negra em estacionamento.

Isso demonstra o descaso, demonstra o desprezo que se tem com as organizações negras. É um desprezo, é um descaso brutal e absurdo fora outros absurdos que podem ser relatados muito melhor pelos membros do Núcleo de Consciência Negra na USP.

Eu acho também que é um dever, é um dever moral, um dever político dos membros dessa Casa zelar pela permanência, pela continuidade dos focos. Eu digo de resistência negra no interior de uma universidade racista no Estado de São Paulo. Eu

acho que se isso não for prova de que as coisas não estão complicadas eu acho que nada mais poderá ser.

Bom, por fim e acho que se a gente não resolver isso também, eu acho que não há como desmontar isso que vem acontecendo é como a Universidade de São Paulo trata as pessoas que ela considera que não pertencem à comunidade acadêmica.

Falo aos moradores das comunidades do entorno San Remo, principalmente San Remo, o modo como são tratados as pessoas que por acaso querem estar na Universidade de São Paulo e a prova maior de como isso acontece é o fato de se for necessário para uma atitude janista militarizar a segurança do campus. Então a militarização do campus serve a esse propósito, manter o ambiente de exclusão dentro da USP. Então tudo isso tem que ser tratado e fora disso nada mais poderá ser feito.

Então nós precisamos de quatro coisas para resolver ou para tentar ou para que isso que nós estamos fazendo aqui possa gerar frutos. Essa casa tem projetos sobre a implantação de políticas de cotas, essa Casa tem projetos, projetos que estão em andamento e projetos que não foram feitos agora, projetos de muito tempo que foram reformulados com participação da sociedade e esses projetos precisam andar.

Se esses projetos não andarem eu diria o seguinte, nada do que estamos fazendo aqui vai dar resultado porque os médicos continuaram sendo brancos, continuaram sendo recrutados de uma parcela da sociedade que é privilegiada, ou seja, e faz com que. E qual o privilégio? O privilégio é exatamente poder tranquilamente não ser questionado quando se utiliza de tais privilégios. Por que isso? Porque os negros que são a maioria da população já mais vão ameaçar esses privilégios, eles estão protegidos.

Os brancos racistas estão protegidos e aqueles que não são também, eu falo isso com o coração aberto, aqueles que não são racistas, que não se consideram enquanto tal, também se beneficiam de privilégios, tem privilégio racial. Ser branco em São Paulo, ser branco no Brasil, no mundo é ter privilégio e não há como construir uma sociedade justa se a gente não se dá conta desses privilégios.

Então esses projetos têm que andar, se esses projetos não andarem, se essa Casa não fizer esses projetos andar é sinal, portanto, que o racismo continua ganhando e que

nada será feito e daqui a pouco terá que ser feita outra CPI e talvez nós não contemos com a vontade política que esses deputados que estão aqui estão demonstrando.

Outra coisa, tem que sair dessa Casa algum tipo de resolução para que se comece uma investigação sobre a situação dos trabalhadores na USP senão nada vai ser resolvido. Essas festas que acontecem na Medicina da USP, ela só acontece porque certamente existe uma pressão intolerável sobre os trabalhadores da USP que ali estão. Seja para que eles façam vista grossa, seja para que eles admitam que esse tipo de coisa aconteça, mas é necessário que alguma providência seja tomada.

Enfim, para terminar aqui eu queria dizer o seguinte, que hoje eu acho que a Universidade de São Paulo para além de desvios morais, para além desses desvios étnicos, para além dessa violência, para além de tudo o que está acontecendo, a USP hoje se encontra na ilegalidade.

A USP hoje é uma universidade que se pauta pela ilegalidade, se pauta pelo racismo, se pauta para a exclusão, faz isso o seu modo de ser, os grandes professores, os grandes pesquisadores, aqueles que lá estão, estão lá por conta de privilégios e isso não é um demérito. O que eu estou querendo dizer é o seguinte, a USP tal como ela se encontra hoje, ela é uma fábrica de racistas em série. É isso, ela é uma fábrica de pessoas racistas.

O que cria o racista não é a sua formação pessoal, não é a sua vontade pessoal, mas é a oportunidade que ele tem de ser racista, de viver seus privilégios porque nada é feito para desmontar tais privilégios.

Então eu diria o seguinte, a Assembleia Legislativa por meio de seus membros, daqueles que têm algum interesse em transformar de fato a sociedade, ter a oportunidade histórica de fazer com que essa pauta avance. O problema não é apenas a Faculdade de Medicina, o problema não é o que acontece nos porões da Faculdade de Medicina, o problema é a própria Universidade de São Paulo que se constituiu em torno de privilégios racistas, se constituiu de forma a excluir outras pessoas que não pertencem a determinado grupo social.

Se isso não mudar, de nada vai valer a pena tudo isso e eu tenho grande esperança de que nós estamos dando um primeiro passo para transformar de fato não só

no Estado de São Paulo que é um ponto pequeno, importante, mas transformar a sociedade brasileira. Muito obrigado.

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT – Eu queria fazer um encaminhamento e já vou passar a palavra para a companheira, mas para que a gente refletisse hoje à tarde que é o seguinte, essa CPI que foi instalada sobre a violência nos trotos, ela tem um corte e um recorte que é a questão de gênero e a questão da perseguição aos homossexuais.

Então eles com um pequeno núcleo desses coletivos feministas e ativistas criaram uma comoção na sociedade e atingiram os núcleos ideológicos do ovo da serpente. Esses núcleos homofóbicos são extremamente racistas. Ora eles verbalizam a questão dos nordestinos, ora a questão dos negros.

Eu acho que e eles conseguiram fazer uma, esses grupos, esses coletivos conseguiram fazer uma boa aliança e eles deram uma encurralada nesses setores, setores muitos poderosos e você localizou com muita precisão. Eu acho, qual é o problema? Os quatro deputados que estão nessa Mesa, o deputado Ulysses Tassinari, Marco Aurélio, Adriano Diogo e Sarah Munhoz não continuarão aqui mais, não foram eleitos, para ser claro.

Então você veja, quem está segurando essa onda aqui está fora do pacote. Não estou falando isso para desanimar, nunca falo nada para desanimar, pelo contrário, acho que a gente sempre tem que por pilha na luta. Agora eu acho que tem uma questão, por exemplo, os estudantes angolanos lá na Faculdade de Medicina são chamados, o professor Saldiva sempre fala isso, “cadê os macacos? Os macacos já chegaram? Olha os macacos”.

E você falou dos funcionários, tem um problema na guarda, na segurança privada da Medicina ou das medicinas lá do quadrilátero e da SanFran que só para você ter uma ideia, eles não se submetem à guarda universitária e é o núcleo duro do racismo.

é o pessoal que quando entra uma menina negra, eles falam assim, “não vai entrar na festa, agora já não é hora de funcionário entrar”. “não, mas não sou funcionária, sou aluna”. “não vai entrar. Prova que você é aluna”. É o núcleo duro e é um núcleo quase paramilitar, eles fazem a segurança das festas.

Tem um núcleo de segurança, de firma de segurança que são os “bate paus” que não se submetem até a menina que era aquela antropóloga que era chefe da segurança da USP foi demitida e puseram o cara lá da Veterinária barra pesada.

Bom, então eu acho que nós temos que fazer além dessa correlação de forças para aprovar o projeto das cotas aqui dentro o que não é mole, é difícil, ver quais são os exemplos porque lá na Faculdade de Medicina tem um núcleo de violência racial. Talvez se a gente recuperasse esses dados, fizesse um clamor, a gente pudesse expor pra a sociedade e traduzir para a sociedade como essa questão do racismo se expressa todo dia no cotidiano, entendeu?

Então vamos ver a companheira e vamos ver se a gente consegue hoje ao longo dessa tarde fazer essa tessitura, essa costura, essa aliança para explicitar na sociedade. Eu sei que é muito mais difícil, mas eu queria passar a palavra para a companheira, que você se identificasse.

A SRA. – Quem falar agora na verdade.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT – Ah, não é você? Quem vai falar? É o Douglas? Douglas Belchior.

O SR. DOUGLAS BELCHIOR – Bom gente boa tarde a todas, boa tarde a todos. Tudo bem Sandra? Adriana? Gente olhe, eu quero aqui agradecer ao convite em especial ao pessoal do Núcleo da Consciência Negra que me colocou a tarefa ontem e que eu viria hoje de qualquer maneira acompanhar.

A SRA. – Poxa, como vocês são boazinhas.

O SR. DOUGLAS BELCHIOR – Não, mas a gente viria de qualquer maneira para estar acompanhando a ação, as companheiras da USP conseguiram desdobrar esse espaço para discutir também a questão do racismo na universidade e então eu fiz a pedido da Zezé do Núcleo de Consciência Negra um resgate muito pontual sobre as ações que os movimentos construíram. Então muitos aqui vão se vir nas ações que eu vou relatar.

Eu sou professor de História da rede pública, eu sou militante do movimento negro e ajudo a construir a luta por cotas aqui em São Paulo há algum tempo e a gente tem aqui como um espaço oficial, está sendo gravado e então eu consegui junto com os colegas juntar uma porção de documentos que são documentos da nossa luta e que imagino que vai servir como material enquanto material mesmo de conteúdo para o que está sendo feito aqui em relação à CPI.

A SRA. SARAH MUNHOZ – PCdoB – Mas vocês disponibilizarão esses documentos para a CPI.

O SR. DOUGLAS BELCHIOR – Sim, tudo o que a gente vai mostrar aí são documentos públicos, existem os documentos em papel protocolados e tal e tem o próprio documento que a gente pode deixar aí, já fizemos isso em outros momentos, agora com ele mais completo é relativamente longo, mas é importante mostrar aqui para ficar com registro. Tudo bem?

Primeiro que se isso é uma CPI que está discutindo a violação dos direitos humanos e o foco são as universidades e as universidades são, uma das instituições importantíssimas da organização do Estado e logo pelo controle do Estado a população, considerando que o Estado é um espaço de uso de poder de grupos economicamente bem abastecidos e que historicamente comando a sociedade brasileira.

O Estado a partir dos governos e depois a partir de seu sistema de educação e a universidade se inclui nela, os meios de comunicação, a polícia, o Judiciário para ficar nesse são instituições muitíssimas importantes para a organização do Estado e para a contenção dos anseios da população, para a contenção inclusive à repressão da população quando é necessário, ou seja, sempre, quase sempre.

A universidade é nesse sentido, ela viola constantemente os direitos humanos quando ela como um parêntese que deveria servir à sociedade e serve só um grupo dessa sociedade, só um grupo que tem determinada origem étnica, origem social, portanto, ela é instrumento de uso de benefício para um único grupo no caso brasileiro quase que 100% para um único grupo racial no caso os brancos.

Estamos falando isso da ponta das universidades, as grandes universidades públicas porque isso muda pouca coisa quando a gente percebe universidade de outros níveis mesmo as particulares, a grande maioria daqueles conseguem frequentar esses espaços são dessa mesma origem que a gente desenhou aqui Jupiara e o Dr. Sílvio já falaram sobre isso.

Portanto, nesse sentido o meu testemunho como de muitos aqui é no sentido de sim, de dizer “a Universidade de São Paulo, a UNESP, a UNICAMP são estruturas do Estado que servem para reproduzir o racismo e que violam permanentemente os direitos humanos ao garantir espaços só para alguns, ao negar espaço para uma maioria e quando parte dessa maioria consegue entrar negar a eles direitos que são fundamentais e que a gente chama de condição de permanência nesses espaços e na universidade”.

Então eu vou relatar rapidamente e dar meu testemunho no sentido de dizer que a USP e as universidades aqui de São Paulo, as públicas assim como o Estado com seus governos se recusam constantemente mesmo diante do clamor da organização popular das mobilizações, das manifestações populares que são grandes, que são abrangentes, que são representativas, mesmo diante do clamor popular, eles são surdos ou fazem que não ouve ou recusam a ação clamada pela população no caso o direito ao acesso à universidade.

Então a gente vai para a primeira, o Tiago, companheiro da Uniafro está me ajudando ali no slide. Eu vou lembrar que a gente fala muito do PMESP e eu vou lembrar de um primeiro programa assim, não foi o primeiro absolutamente, mas foi um

que ficou famoso em 2006 quando a USP respondendo já em 2006, não é professor Silvio? Já em 2006 havia uma grande movimentação nas universidades pelo país afora e de praticar políticas de ações afirmativas. É uma demanda internacional a partir da Conferência de Durban ainda com o Fernando Henrique Cardoso e que vai ser colocada em prática com mais consistência no governo Lula e reformando em que pese às críticas, o modelo das universidades federais e propondo políticas mais consistentes de ação afirmativa entre elas as cotas.

O Governo do Estado sempre foi contrário a esse tipo de iniciativa e, mas como é política, como é Estado, como é Governo, como é a figura do Alckmin ou era do Serra, então não é uma negação direta, crua, existe então a construção de subterfúgios para poder dizer que faz, mas não faz.

E o PMESP, o Inclusp foi uma iniciativa nesse sentido, de construir algo que não era nem de longe o que se exigia, não era política de ação afirmativa com números que não garantem nenhum tipo de mudança consistente no quadro objetivo de que consegue entrar na universidade, mas ele consegue botar no discurso que está fazendo alguma coisa. Então isso foi em 2006, pode passar Tiago, por favor.

Foi amplamente recusado pelos movimentos que acompanhavam aquilo, o Núcleo De consciência Negra como a Jupiara disse sempre foi precursor da resistência negra dentro da universidade e de muitos anos para cá da universidade para fora, conseguindo alimentar os movimentos para que os movimentos também se organizassem de fora para dentro da universidade para fazer pressão.

Em 2007 os movimentos se organizam e ocupam a Faculdade de Direito da USP. Muitos aqui se lembram disso, alguns estavam lá e o reitor na época era o Joao Grandino Rodas. A resposta que ele deu para a ocupação que pedia acesso, que questionava o PMESP foi a tropa do CHOQUE para desocupar sem teto e estudantes de cursinhos populares que ocuparam por 24 horas a universidade em agosto de 2007.

Eu vou só lembrar uma observação, ainda antes Tiago sobre esse momento que em agosto de 2007 foi seguido, essa ocupação na Faculdade de Direito foi seguida de uma ocupação que durou um mês ou mais Danilo na faculdade aqui na reitoria do campus do Butantã, da universidade. No campus Butantã como era uma ocupação feita e promovida por estudantes, muitos deles participantes do movimento estudantil, do

centro acadêmico, lutadores, mas que tem o tal do perfil social e étnico aceitável para aquele espaço, não teve repressão pesada e se tolerou àquela ocupação por mais de 30 dias.

Essa ocupação como foi promovida por pretos, sem terra, pobres, mulheres pobres, ela não durou 24 horas e foi a tropa de CHOQUE que tirou com muita violência. Isso é 2007.

O SR. - (Inaudível).

O SR. DOUGLAS BELCHIOR – Essa observação é tudo.

A SRA. – Resume, não é?

O SR. DOUGLAS BELCHIOR – Bom demais. Acho que tem muita gente que estava nesse momento que o microfone pode rodar aí.

O SR. RICARDO KOBAYASHI – Ricardo Kobayashi. Eu estava nessa ocupação que foi rápida na Faculdade de Direito do Largo do São Francisco e quando a tropa de CHOQUE entra ela separa, ela coloca de um lado quem é estudante da USP e quem é movimento social do outro, que era o MST que estava lá, o Movimento Negro fica de um lado e os estudantes foram liberados rapidamente. Agora os movimentos sociais ficam presos durante algum tempo ali dentro.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT – E o comandante da tropa do CHOQUE foi eleito deputado estadual.

O SR. DOUGLAS BELCHIOR – Sim, ou seja, que era o Álvaro Camilo.

A SRA. – É muita desgraça.

A SRA. – (Inaudível).

O SR. DOUGLAS BELCHIOR – Sim. Adriana.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT – Junto com o “telhadinha”.

A SRA. – A ocupação da USP (Inaudível).

A SRA. SARAH MUNHOZ – PCdoB – No microfone para gravar, por favor.
No microfone.

A SRA. ADRIANA DIAS – Adriana Dias, Fórum das Seis, doutorado da UNICAMP. Na ocupação da USP de 2007 da reitoria, eu era do comando de greve das três universidades e o site, o primeiro site que era do “Terra”, o Governo do Estado na época do Serra ou a greve dos decretos, dos benditos decretos, o governo teve coragem de denunciar os nossos sites por pedofilia ao “Terra”. O site foi retirado do ar por denúncia de pedofilia e eu lembro que eu virei três madrugadas colocando ele em um site inacessível as denúncias anônimas no blog chamado “**No Blogs**”, ou seja, Serra é comigo o problema porque foi eu quem coloquei o site de volta. Se quiser brigar, venha brigar comigo.

A gente colocou de volta no ar porque eu achei extremamente ofensivo um site de estudantes ser denunciado por pedofilia pelo Governo do Estado, achei isso vergonhoso.

O SR. DOUGLAS BELCHIOR – Muito bem. Acho que é importante fazer um relato porque do nosso ponto de vista não falta mais nada, ou para acabar e fechar com a universidade ou para abri-la ao povo, não falta nada. Tudo o que tinha para acontecer para caracterizar a USP como espaço de negação de direito, de manutenção de privilégios, portanto, da manutenção da desgraça do nosso povo já está feito, já está aprovado.

Então o problema mesmo é que ela só reproduz uma vontade de quem dirige o Estado e aí ela vai reproduzir e dificilmente vamos conseguir alterar, se alterar mais para cima.

Aí o próximo vocês vão perceber, isso aqui é uma Mesa ainda fazendo análise do PMESP quando a universidade de um lado defendia o sucesso que viria a ser aquela política e os movimentos como que profetizando que nenhuma política de ação pública que não faça recorte objetivo para a questão racial consegue trazer resultados, nenhuma política pública universal e nenhuma política que contemple apenas o que se chama de social consegue trazer algum tipo de retorno consistente do ponto de vista do resultado racial e o PMESP era uma pontuação que considerava os estudantes de escola pública e recorte sócio econômico, a nossa eterna briga em relação ao que significa ação afirmativa para os negros.

Isso aqui foi na Universidade de São Paulo recém-inaugurada lá na USP-Leste e ali a Selma Garrido à época era a vice-reitora da USP. Aliás, dizem alguns que essa foi uma das direções da USP mais progressistas da história. Imagina.

O SR. – (Inaudível).

O SR. DOUGLAS BELCHIOR – Aí pode passar, por favor. Isso aí é na Faculdade de Medicina o dia cinco de março quando dos 75 anos do movimento. Estou falando isso porque é uma estratégia objetiva, pressão para que a universidade atenda a nossas reivindicações, na universidade, no Parlamento e na rua, esse foi um momento de rua quando no aniversário a gente ocupou a Faculdade de Medicina. Pode passar.

Não é só USP, só para fazer uma pontuação, a UNESP depois de anos respondeu com uma política que a gente ainda questiona já que isso aqui trata de todas as universidades, ela também recusa, tem hoje o modelo de cotas para negros que ainda não é o que a gente defende. Pode passar, por favor.

Vocês vão lembrar que nesse período de 2010 é um período que está pegando fogo o debate de cotas no Brasil e acontece lá em Brasília uma audiência pública sobre cotas chamado pelo Lewandowski. O Lewandowski quando chama isso ele autoriza algumas organizações para participar e defender a favor ou contra. Um cara chamado Ronaldo Caiado levanta do gabinete dele, Ronaldo Caiado, todo mundo já ouviu falar do Ronaldo Caiado. Para quem não conhece o Ronaldo Caiado, ele é fundador da UDR que hoje a gente chama de agronegócio, mas é latifúndio mesmo e esse cara é um dinossauro de referência dos fazendeiros, dos latifundiários no Brasil.

Esse cara levanta do gabinete dele, protocola um documento para impedir a audiência pública. A nossa pergunta era, o que esse cara fazendeiro tem a ver com cotas de universidade? Tem tudo a ver porque sabe que o acesso à universidade é acesso de espaço de poder e fere privilégios. Então esse é um exemplo que a gente sempre usa porque ele é simbólico, certo? O fazendeiro coronel guardando sua preocupação em relação às vagas na universidade pública.

Isso aí a gente fez como os movimentos foram cerceados de participarem em Brasília, nós fizemos uma coisa paralela com todos os movimentos, está ali Milton Barbosa que está aqui e várias representações, o Silvio foi nesse dia também enfim, isso aí foi no sindicato dos químicos de São Paulo. Pode passar.

Junho de 2010. O estatuto da (ininteligível) é aprovado sem cotas, é outro debate do movimento negro que durou anos. Foi aprovado um estatuto que não determina que não obriga, ele só orienta, ele só sugere e mesmo no que ele sugere a gente tem a falta de vários elementos inclusive a de cotas raciais. Pode passar, por favor.

(Inaudível).

O SR. DOUGLAS BELCHIOR – Sem dúvida. Isso aqui é nessa Casa em agosto de 2009, uma audiência pública na ALESP de novo repetindo a fórmula , atrás os movimentos, ouve os movimentos, protocola documento, nesse caso presidido pelo então deputado estadual Vicente Cândido. Pode passar.

Nós estamos falando aqui de movimentação da rua para o parlamento, da rua para a universidade, da rua para o Estado, respostas às pressões do movimento e mais uma vez subterfugio. Tinha o Inlusp e agora quando é março de 2011 eles estipulam lá uma bonificação para estudante de escola pública como se isso resolvesse alguma questão e está ali, isso aqui é “A Folha de São Paulo” gente e Núcleo de Consciência Negra na USP elaborou um documento com crítica às mudanças.

Os caras vendem a informação como se a gente fosse contra a política de inclusão que eles propõem. Mas não é que a gente é contra a política de inclusão, a gente é contra o subterfúgio que eles criam mentindo para enganar e para distensionar os movimentos. Isso é março de 2011, pode passar.

De novo na USP convocado pelo Núcleo de Consciência Negra, está aí, que conta com a participação dos cursinhos populares, tem Emancipa, tem Educafro, tem Uniafro, tem cursinhos independentes fazendo oposição à proposta mentirosa que eles tentam vender como uma resposta à demanda do movimento. Pode passar.

É a mesma coisa, é a mesma cena. Os movimentos de cursinho organizados mobilizam suas bases para criar mais corpo para continuar sua luta. Isso é abril de 2011, pode passar. A ONU é assim, ela via de regra serve os senhores do planeta. De vez em quando ela fala umas coisas legais, mas as coisas legais que ela fala ninguém escuta, por exemplo, ela sugeriu que acabasse a polícia militar, ninguém escuta. Ela também sugere cotas em universidades públicas. Pode passar.

A SRA. – (Inaudível).

O SR. DOUGLAS BELCHIOR – Isso, tudo o que é legal que ela sugere finge que não escuta, não é? Bom, isso é vitória do movimento e tal enfim, isso aqui é um momento histórico. Pode voltar Tiago, por favor? Que é quando o STF finalmente julga as cotas raciais e isso desmonta os grandes teóricos contra as cotas, desmonta os argumentos, isso aqui é um marco porque a partir desse momento a gente diz o seguinte, não discute mais se é a favor ou contra cotas, não existe esse debate, isso é bobagem, isso acabou, vamos daqui para frente. Pode passar.

E depois, a aprovação do STF dá um fôlego para o movimento e fala, “agora vai, o Brasil inteiro agora vai, São Paulo é que nunca foi, agora vai” e aí a gente então rearticula as forças aqui para uma campanha para cotas em São Paulo. Pode passar.

E aí a gente então organiza a frente do conjunto dos movimentos negros, convoca, chama os movimentos da Esquerda, sindicatos, partidos para a responsabilidade porque afinal de contas é um problema da sociedade e não só dos pretos o fato da universidade se fechar para nós. Então a gente organiza a frente pró-cotas, isso é maio de 2012. Pode passar.

Isso aí é uma foto da histórica reunião, esse de costas é o Marcus Orione que é alguém que pode contribuir muito e vários de nós estão ali nesse debate aqui da CPI. Pode passar. Ele é professor da USP no Largo São Francisco. E aí atos, mobilizações, movimentações, pode passar, vamos chegar ao que importa mais, as organizações do movimento estudantil, o movimento negro propondo ações, indo para a rua, parlamento, universidade e rua. Pode passar. Isso tudo para mostrar que a universidade é surda assim como o Estado é surdo, assim como essa Casa é surda. Pode passar.

Bom, daquela primeira iniciativa a gente então chama outra audiência pública aqui na universidade. Será que esse tipo de demanda mobiliza a população, é importante para a população? Vamos ver? Aí passa à frente. Aquela é a convocação do movimento e essa é da ALESP, olha aí. Eu acho que é aqui, não é? Essa sala? Pois é, mais de 2012 de novo na ALESP os movimentos, os parlamentares sempre com o Adriano Diogo como uma figura importante e que pena que a gente perdeu o Adriano aqui e outros companheiros e companheiras. Vamos passar.

Olhe lá, principais encaminhamentos daquela audiência. Bom, primeiro que aquela audiência contou com representação das três universidades. Está documentado aqui dentro, tem gravação, tem tudo. Encaminhamentos nossos, criar um grupo de trabalho para acompanhar, promover, articular aqui na ALESP o debate sobre cota racial e levantar um procedimento formal pensando na unificação dos vários projetos de lei que estão nessa Casa há muitos anos sobre cotas raciais e diferentes do que se diz dos políticos porque acaba que todo mundo paga o pato, diz que político promete e não cumpre, o movimento promete e cumpre e aí a exposição de defesa (Ininteligível). Vamos para frente.

Bom, ação muito de responsabilidade da USP, está aqui o Danilo que sempre e outros aqui da USP que mobilizam lá o movimento estudantil, os professores e a Faculdade de Direito da USP recomenda a adoção de cota racial em maio de 2012. Isso criou também um reboliço, teve uma repercussão muito grande porque afinal de contas é a Faculdade de Direito da USP dizendo que a USP tem que ter cota para negro sendo que a USP enquanto estrutura se nega e o Estado se nega e então isso foi bem importante para aquele momento.

E aqui já começando a cumprir as promessas e aí está Milton Barbosa, Silvio Almeida também estava nesse dia em uma reunião. Olha isso gente, veja se o parlamento é sério tirando meia dúzia? Veja se é sério? Isso aqui é uma reunião no Colégio de Líderes dessa Casa em junho de 2012. Qual era o assunto dessa conversa? A gente foi falar para eles o que a gente está falando aqui, em 2012. Pode passar.

Resposta a isso no mesmo mês o secretário de igualdade racial de São Paulo diz que é contra cotas. Entendeu? Pode passar. E o movimento continua, toma fôlego e protestos e tal e esse aí a gente chamou um protesto também convocado especialmente pelo grupo dentro da USP, um ato lá no conselho universitário, estava tendo o conselho e a gente foi para a porta do conselho. Pode passar. Que é esse ato aí, um dia de muito frio e estava lá meia dúzia nossa fazendo barulho durante, não é isso Zezé? Não é isso Jupiara?

Foi um dia em que estava tendo o conselho da universidade acontecendo e agente queria pautar o debate de cotas dentro do conselho e eles se recusavam e a gente

conseguiu colocar alguém lá dentro e foi essa a intenção. Pode passar. A Adriana quer falar aqui.

A SRA. ADRIANA DIAS – Hoje nascia nos Estados Unidos há 93 anos a Rosa Parks. Rosa Parks para quem não sabe foi uma mulher negra que um dia entrou em um ônibus e estava cansada e não quis ir lá para trás para área dos brancos e sentou e fez “olha estou cansada e não vou levantar daqui não” e foi presa porque não levantou.

Gente, já tem muito tempo que o STF diz que as cotas são legais, está na hora de alguém tentar e dizer “não levanto mais daqui enquanto isso não sair”. A gente teve uma reunião na USP sobre cota para pessoa com deficiência que é um assunto que eu gosto de emendar na cota racial e o Douglas sabe disso e nessa discussão a gente levantou que os programas de pós são independentes para fazer às próprias regras.

Então talvez uma saída interessante fosse mexer com todos os programas de pós porque os programas de pós podem fazer. Então se a gente implodir todos os programas de pós das universidades, todos e colocar cotas raciais e para pessoas com deficiência em todos os programas de pós, a gente vai ter, agora é lógico que tem que ter na graduação porque o volume de gente para entrar é muito maior.

Mas a gente tem que falar de cota na pós e aí tem uma independência que não depende desse maldito desse homem que está ao contrário da Rosa Parks que estava sentada por cansaço e esse aí está sentado pelo liberalismo.

O SR. DOUGLAS BELCHIOR – Tanto é verdade que a Faculdade de Direito da USP tem cotas não é isso? Ao departamento.

O SR. – Só direitos humanos.

O SR. DOUGLAS BELCHIOR – Só no curso de direitos humanos, mas comprova que realmente é possível quando se quer fazer, exatamente. Setembro de

2012 para correr gente, para não ficar chato e cansativo, por pressão dos movimentos o conselho decide conversar sobre o assunto, certo? Lá em 25 de setembro de 2012, a imprensa noticia e aí no dia seguinte, pode passar, aí diz “ah não, conversamos e decidimos que não”, no conselho e aí ficou para frente.

Mas olha que curioso, isso é 2012 professor e aí a gente vê como o Estado é desgraçado mesmo, fica um combinado aqui, o conselho discuti pela primeira vez com consistência e tal e promete constituir ações internas para discutir o assunto, cria comissão e vai desdobrar e dá o sinal de que vai acontecer, isso é 2012, ou seja, é a universidade falando “olha, não tem cotas, temos ressalvas, mas não tem nenhum programa que nos contemple também e vamos discutir sobre isso”, essa é a mensagem nesse momento é setembro de 2012.

Aí passa e aí vamos lembrar que 2012 foi um ano, estão aqui os meninos do comitê de luta contra o genocídio, foi um ano de muita morte por ação da polícia, muita morte. Coincidentemente ano de eleição. Esse ano de 2014 entre os meses de julho, agosto e setembro que foi durante a campanha eleitoral, o Estado de São Paulo bateu recorde de mortes pela polícia.

Então é curioso que no ano de eleição a polícia é mais violenta. Nós temos que parar para estudar sobre isso, isso se repete todo ano de eleição e aí os movimentos que lutam por cotas são os mesmos que lutam contra a polícia porque é tudo preto, não é? Somos nós que fazemos as coisas, todo mundo junto.

Então esse debate de cotas vai para a gaveta e a gente fica com essa “não, espere aí. a polícia está matando demais” e vai assim esse pequeno período. Quando chega novembro o que acontece? Pode passar, por favor. O Alckmin do nada, depois de perder a eleição, não é isso? Ele tinha sido candidato a presidente nesse ano ou não? Está errado? Em 2012.

A SRA. – (Inaudível).

O SR. DOUGLAS BELCHIOR – Ah, ele foi em 2010, enfim, mas teve eleição. Ah, ele foi eleito.

(Inaudível)

O SR. DOUGLAS BELCHIOR – Ah, perdeu para prefeito, enfim, eu não sei se ele estava triste e tal porque ele queria fazer alguma coisa legal, que aí ele tira da cartola a proposta do PMESP completamente descontextualizado de toda a movimentação da própria universidade. Isso é um negócio interessante e importante jogar luz, certo?

Porque a universidade tinha em trânsito um debate interno que era completamente diferente e do nada ele chega a novembro e propõe cotas alguns dias sem que é para tentar mascarar de alguma maneira e responder que o governo dele não é racista matando tanto preto e então ele prova isso como? Propondo alguma coisa na universidade para os negros e aí ele propõe o PMESP que nós já falamos aqui. Pode passar.

Gente, imediatamente seguida a essa proposta do PMESP que todo mundo aqui conhece, que é uma aberração, que é uma mentira, que é uma falácia, os movimentos assim a toque de caixa, reagem, organizam um manifesto extremamente representativo e lança o manifesto contra o PMESP, contra a política que o Alckmin queria implementar e reivindicando a luta histórica do movimento que é cota de fato e aí a gente faz o lançamento. Pode passar.

Já era final de ano isso aqui gente, a gente consegue fazer isso e tal, está aqui o Costa, está a Lúcia, todo mundo, pode passar. E lança o manifesto, alí o Silvio, lança o manifesto, o Danilo está alí também, pode passar. E aí a gente consegue repercutir as ações do manifesto contrapondo a proposta do Governo. A nossa tarefa agora alí era derrotar a proposta do Governo. Podemos passar.

Isso aí é a “Folha de São Paulo” e tal. O nosso manifesto propõe, denuncia o PMESP e propõe a defesa do PL530 de 2004 que está há oito anos aqui sendo que não

tramita nunca. Pode passar, já vai acabar. Esses aí são os protocolos senhores da CPI que precisam de documentos, esses são os protocolos do manifesto endereçados ao governador. Pode passar. A Universidade UNICAMP, a USP, isso aí é a Casa Civil do Governo do Estado. Pode passar.

A gente recebeu resposta de algum? Nunca. E aí vira um debate público porque “A Folha de São Paulo” entra na jogada e começa a falar sobre. Esse aí é um editorial da “Folha de São Paulo” a favor. Vale muito a pena ler porque isso aqui é ideologia, isso aqui é disputa de mentalidade.

“Similar aos Estados Unidos, é a inovação mais promissora da proposta paulista. Adota as primícias correta de que é preciso elevar e equalizar o nível acadêmico dessa clientela”, falando da gente, “antes de expô-la a cursos de ponta”. Falando da gente.

“Além disso, apenas estudantes com desempenho mínimo de 70% na fase preparatória teriam passagem automática para as carreiras tradicionais da USP, da UNESP e da UNICAMP. A adoção de uma meta a ser atingida ao invés de reserva simples de vagas é também sinal de maturidade, não obriga as universidades a receber alunos com conhecimentos insuficientes que possam comprometer as instituições”.

Vê como isso aqui não é bobagem, isso é pesado, isso é o que o poder pensa. “Há, contudo dois aspectos criticáveis”, eles ainda vão arrumar defeito. “O primeiro é a adoção de critérios raciais para escolher metade dos alunos dos cursos preparatórios”. Eles não querem pretos nem no curso preparatório. A única premissa deveria ser socioeconômica, ter estudado em escola pública é a melhor aproximação para isso. Não cabe à política pública incentivar experimentos racialistas em uma sociedade miscigenada como a brasileira como se a sociedade miscigenada brasileira não fosse uma experiência racialista.

E isso se torna público e tal, pode passar, os nossos intelectuais também vão escrever sobre isso, Denis Oliveira, Dr. Sílvio, certo? Pode passar. Isso aqui cara, cadê os deputados que não estão aqui para ver isso aqui? Olha isso aqui como é sério. Isso aqui é “A Folha de São Paulo”, “O temor dos dirigentes do Estado é que os deputados”, olha isso Adriano, “imponham as universidades paulistas modelo semelhante ao aplicado às faculdades federais onde 50% das vagas serão automaticamente destinadas a alunos de escolas públicas”.

Eles estão com medo disso acontecer, eles quem? O Governo do Estado. “Assim eles apresentaram em dezembro o projeto que prevê os mesmo 50, mas o modelo do PMESP”. Então eles estão propondo aqui, “uma das razões para os reitores fazerem as propostas” diz Durigan, o Durigan era quem mesmo? Era o reitor da UNESP não é?

O SR. – (Inaudível).

O SR. DOUGLAS BELCHIOR – Pois é, ele era o presidente do grupo que teoricamente formulou o PMESP, lembra disso? Qual era o discurso oficial do Alckmin? “não, as universidades se reuniram e propuseram o PMESP”. Quem falava em nome das faculdades era esse cara, o Durigan. Aí ele diz, o PMESP era porque eles avaliavam pelas forças dos movimentos da ação aqui dentro Adriano que a ALESP poderia sim aprovar cotas e isso não pode acontecer. Então para impedir que eles aprovassem aqui, eles então propuseram o PMESP. Pode passar. O Marcus Oriane na “Folha de São Paulo” discutindo o mesmo assunto. Pode passar.

Então a gente chama um grande movimento para barrar isso, o movimento acontece. Pode passar. Isso é (ininteligível) de 2013. É nessa sala também ou não?

O SR. – (Inaudível).

O SR. DOUGLAS BELCHIOR – Na Câmara Municipal, uma super, cara, isso aí gente é final de ano, isso aqui é ano novo, cinco de fevereiro? Olha isso aqui. Então a gente conseguiu mobilizar as forças sociais para barrar o PMESP e colocar a nossa pauta porque era um clima naquele momento positivo para essa luta. Pode passar.

Essa aí é a foto desse momento aí. E muita organização de rua, aí são os meninos da USP, as meninas da USP fazendo o movimento lá dentro da faculdade. Pode passar. E aí surgem professores da USP contra a proposta do Governo, no caso aí a Lilian Schwarcz que assina com Maria Helena Machado que são cabeçadas aí do

movimento e tal da história e tal contra a proposta do Alckmin e ele começa a ser bombardeado e ai não suporta. Pode passar.

Tem outra audiência pública, pode passar rapidinho, e aí de novo a audiência pública espetacular. Essa foi uma das maiores que a gente conseguiu fazer com muita representação, o Kabengele também estava e nesse dia vocês vão lembrar foram de novo os representantes da universidade, foram e falaram um monte de sabonete lá, um monte de coisa sem sentido nenhum tanto que uma das reitoras tentou fugir no meio da audiência, lembra disso Danilo? Não queria ouvir os movimentos. O Alencar chamou-a no microfone e foi um puta constrangimento e tal, quem era?

A SRA. – (Inaudível).

O SR. DOUGLAS BELCHIOR – Da USP?

A SRA. – (Inaudível).

O SR. DOUGLAS BELCHIOR – Pois é, terrível. Pode passar. Kabengele falou e tal, pode passar aí. E aí desse momento da Assembleia Legislativa nós decidimos ali o encaminhamento objetivo, vamos sim unificar o PL, os movimentos vão fazer isso e vamos trazer o resultado desse documento para a ALESP, para tramitar na ALESP com a nova redação porque a redação de oito anos atrás estava ultrapassada e ela serviria também como instrumento de uma campanha de projeto de lei de iniciativa popular e foi o que a gente fez. Aí nós lançamos um grupo de trabalho para fazer o novo texto da lei, pode passar, está acabando.

Isso aí sai fotos dos encontros Costa que a gente fez, que a gente brigava pra caramba e aí o professor Silvio teve o papel central, na elaboração do texto e os movimentos todos emendaram debates, aí foram dois, quase três meses de debates,

sábado, domingo Adriana e essa proposta com o tempo nós vamos ver. Pode passar, por favor, Tiago.

Essa proposta contempla a questão das pessoas com deficiência. Pode passar. Isso aí são reuniões de elaboração da proposta que os movimentos fazem agora para o Parlamento e aqui para o Estado. Pode passar. Foram cinco encontros em dois meses e mais trabalho de gabinete, de noites perdidas, não é professor? E aí surge a proposta, pode passar, que é a proposta de lei de cotas que foi um exercício muito bonito e que isso aí é verdade que foi feita as muitas mãos, é verdade que a demanda é do movimento, é verdade que não é uma, quando todo mundo concorda é?

(Inaudível).

O SR. DOUGLAS BELCHIOR – Consenso. É verdade que não é um consenso absoluto, mas na hora de construir uma ação unificada tem que recuar em vários aspectos todo mundo e aí pode passar, o resultado foi esse, uma proposta para São Paulo que é em nosso ponto de vista muito avançado em relação à proposta federal inclusive.

A proposta federal tem um problema seríssimo, ela estipula 50% de cotas para estudantes de escola pública. Esse é outro debate não é Silvio? Zezé? O Brasil é tão racista que ela não suportaria uma proposta de cotas para negro. Poucas são as experiências de cota racial que é só cota racial, poucas.

Para política de ação afirmativa avançar os pretos tiveram que recuar e falar “está bom, pode ser cota social dentro da cota social a cota racial”, olha que absurdo. A proposta do Governo Federal é assim, 50% de cota para estudante de escola pública. Dentro dos 50% o percentual de negros por estado. No caso de São Paulo é 37. Então a universidade federal aqui em São Paulo tem cotas de 17% para negros só, no final das contas, porque a conta em si diz sobre 50% das vagas e não sobre 100% das vagas. De novo o subterfúgio que nos prejudica.

Essa proposta não, a lógica aqui é em cima dos 100% da vaga e ela garante negros, indígenas, escola pública com recorte de renda e pessoas com deficiência. São 55% de cotas.

Outro problema de conceito, tudo é cota social porque nós somos seres sociais. Aí dentro disso tem cota para estudante de escola pública, tem cota para socioeconômico e tem cota racial e aí pode passar, por favor, e esses seriam os percentuais da proposta que está aqui na Casa, que está na gaveta, que agora fica mais desesperançoso porque a galera que toca o trampo com mais força está saindo. Quem toca aqui dentro e vai continuar vai ficar mais sozinho. Então a esperança está muito mais na rua, muito mais ainda agora do que estava antes. Vinte e cinco para negros e indígenas e vinte e cinco para escola pública com recorte de renda e cinco. É muito legal essa conta porque aí, por exemplo, os companheiros tem que falar, “você estão recuados na proposta, tem 37% para negros e acabou”.

Só que ali dos 25% para estudantes de escolas públicas é certo que uns oito por cento ali serão negros e a gente quase atinge na conta final 35 mais ou menos de negros que isso aqui um dia fosse obedecido. Pode passar, vai acabar agora.

E o movimento continua, a gente entrega o texto aqui para a Casa, o texto pronto, está aí, pode passar Tiago, por favor. Aqui nesse lugar, pode voltar uma só? Aqui mesmo a gente entrega o texto para a Casa, não tem nenhum deputado que vai ficar aqui e que está ouvindo isso e eu duvido que eles vão assistir ao que está gravado e lendo o que está sendo escrito. Duvido. E está aqui todo esse trabalho. Pode passar.

E a gente lança a campanha em seguida. Então agora é rua, no Parlamento nós fizemos a nossa parte, agora é rua e a gente lança a campanha para coletar 200 mil assinaturas, pode passar, que é para a gente trazer a proposta para cá com força das ruas e fazer ser votado. Pode passar agora Tiago, já é a campanha de rua, já é a campanha de rua.

Dois mil e catorze os companheiros da USP e companheiras fizeram um grande ato, foi em 2014, não foi? Que fizeram no MASP? Da Paulista?

(Inaudível).

O SR. DOUGLAS BELCHIOR – Do centro e se não é possível dizer que as políticas das universidades públicas brasileiras ao negar o direito ao negro de participar desse espaço, ela seria responsável então pelo genocídio na juventude negra? Se é verdade que seria muito forte dizer isso e imputar também a culpa a ela. É verdade que ela também é responsável por isso porque há um espaço em que a partir dessa ocupação a gente pode com mais força reagir ao genocídio e para nós não são lutas descasadas, são lutas comuns. Cota sim, genocídio não. Então as nossas mobilizações são sempre casadas e ao entorno da denúncia da desgraça e da proposta por uma coisa que a gente acha que é legal. Pode passar.

Aqui são as mobilizações que esse ano também a gente fez. Vocês podem perceber que em 2013 que foi o ano das grandes mobilizações no Brasil e tal, até o mês de junho e depois do mês de junho a gente nunca descansou de fazer a luta contra o racismo por cotas e contra o genocídio.

Então o povo preto de periferia pobre nunca deixou e não veio para rua em 2013, é uma constante das nossas ações e é por isso que a gente continua defendendo e eu penso que esse documento, pode passar Tiago, é um documento que contribui para essa CPI. Obrigado.

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT – Excelente. Quem continua agora? Ou vamos abrir para o debate? Fiquem na Mesa. Pessoal sabe o que acontece, quando vocês esvaziam a Mesa dá uma cara de abandono, de coisa, fica ruim, parece. Quem vai? A Mazé agora?

A SRA. – A Mônica.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT – A Mônica? Então venha mais para cá. Sempre mantem a Mesa preenchida. Vamos lá. Aqui as duas cadeiras preenchidas, por favor. Vamos lá, se apresentando e aí a gente fala.

A SRA. MÔNICA MENDES GONÇALVES - Boa tarde, boa tarde a todas e todos.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT – A deputada Sarah Munhoz teve que sair por um problema de saúde. Alguém pode, eu estou pedindo, venha cá professora.

A SRA. MÔNICA MENDES GONÇALVES - O Miguel já vai.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT – Miguel vem para cá. Fica aqui Miguel.

A SRA. MÔNICA MENDES GONÇALVES - Eu sou Mônica Mendes Gonçalves e eu sou aluna da Faculdade Pública de Saúde da USP nesse momento e vim aqui, tenho tentado participar da construção dessa CPI não só hoje, mas hoje principalmente e vim aqui relatar o que aconteceu comigo na Faculdade de Medicina.

Eu queria oferecer se é que isso é possível, se isso aqui faz algum sentido essa fala para todos os companheiros e as companheiras negras que já sofreram racismo nessa universidade, em outro espaço, nas universidades públicas, especialmente na USP que a gente sabe e que não puderam estar aqui hoje.

A gente conhece porque a gente vive essa universidade, a gente conhece uma série de outros casos não só o meu, mas a nossa condição de negro nos fragiliza tanto

diante de uma instituição racista e cheia de possibilidades de exercício pernicioso de poder que essas pessoas têm muito medo.

Então a gente sabe de alunos que estão sendo sistematicamente reprovados, a gente sabe de alunos que são impedidos de entrar nos prédios, a gente sabe de alunos que convivem diariamente com a gente e tem sido expulsos da sala de aula aos berros pelos professores e a gente conhece essas histórias, conhece essas pessoas, conhece esses fatos e eles não quiseram estar aqui porque não puderam estar aqui porque não estão protegidos.

Então a minha fala é especialmente para essas pessoas porque eu sei que elas não estão aqui presentes, mas que a minha voz de alguma forma seja a voz de todas essas pessoas.

Então o que aconteceu foi no dia 30 de abril, isso já faz tanto tempo que já vai comemorar um ano logo. Trinta de abril não, eu falei errado? Certo, foi 30 de abril porque foi véspera do feriado de primeiro de maio, então a minha turma que é da Saúde Pública acordou de confraternizar no centro acadêmico da Medicina que fica dentro da Faculdade de Medicina no espaço Porão. Lá é um lugar de confraternização que tem um bar, que tem toda uma estrutura em que as pessoas possam ficar lá e circular e confraternizar e então toda a comunidade ali da Saúde, de Enfermagem, da SSP e da Medicina se utilizam desse espaço.

A minha turma foi antes e eu fiquei jantando com uma amiga no restaurante (ininteligível) da minha faculdade e combinei de ir mais tarde. A turma toda entrou. Quando eu fui entrar sozinha, mulher negra, com a carteirinha da USP eu fui barrada na porta sob a alegação que somente estudantes da Medicina poderiam adentrar o prédio.

Aí eu argumentei de por que essa orientação? Por que dessa regra? Argumentei que eu tinha carteirinha, argumentei que impedindo a minha entrada no Porão especificamente, eles me impediam de circular pelo prédio inteiro, que era um direito de cidadã, que era um órgão público e não houve negociação. Eles argumentaram que estava tendo uma festa e que ninguém estava entrando e que o lugar seria evacuado e que ninguém entrava mais, só saía gente de lá e por isso eu não poderia entrar. Então estava tendo uma festa no Porão, que era proibido e não podia e esse lugar iria ser evacuado.

Eu desconfiada que sou, não sou boba, sou mulher, sou preta e nasci ontem, não faz muito tempo, mas já é o suficiente para perceber os meandros que estão por trás desse tipo de ação. Dei a volta no prédio e fui ver se de fato estava acontecendo alguma festa, alguma movimentação diferente e aí eu vi que não, vi que toda turma da minha sala estava lá reunida de como é de praxe, como sempre acontece, como esperado.

As pessoas estavam ocupando as mesas, conversando como acontece sempre naquele espaço. Aí voltei para frente do prédio e argumentei de novo tudo o que eu já tinha argumentado e disse que eu entraria e que eu entraria porque não havia motivo e que eu queria compreender o motivo do impedimento. E aí eu pedi inclusive que alguém pudesse então mediar àquela situação, com quem a gente pode conversar sobre isso, o que a gente pode fazer porque eu vou entrar de qualquer maneira.

E nisso já aproximou um guarda da USP porque os dois que até então estavam negociando comigo tinham me barrado inclusive se colocado como barreira para que eu não entrasse e eram da guarda terceirizada. Nesse momento o funcionário que é da guarda da USP também se apresentou e reiterou o discurso enfim, os três juntos disseram as mesmas coisas, que eu não poderia entrar, que estava tendo uma festa, teriam uma ordem de que ninguém mais entraria e aí assim, houve um discurso que flutuou entre uma ideia de que há 40 minutos ninguém entrava ou a partir daquele momento ninguém entraria mais enfim.

Eu argumentei que eu tinha ido lá atrás e que não estava acontecendo festa nenhuma e aí o guarda da USP me disse, “pode até não estar acontecendo, mas aí você chega, você traz outro, você traz outro e a festa que não estava acontecendo começa acontecer e eu estou aqui para impedir isso”.

E aí diante da minha insistência a resistência mais uma vez, ele abriu uma barganha comigo e falou, “você entra para você ver que está tendo festa, que o lugar vai ser desocupado e aí você sai porque aí você já viu que é verdade o que eu estou dizendo” e eu concordei e entrei com ele acompanhada, tem vídeos disso e aí chegando lá em baixo os amigos me receberam, me viram acompanhada dele e já se aproximaram e aí eu argumentei que como na verdade tudo estava lá como eu havia relatado, como eu havia descrito, que não havia mentido, eu ia ficar e não tinha motivo nenhum para sair daquele lugar e eu ia ficar.

E aí ele disse que eu era muito arrogante e que se ele quisesse, ele me tiraria dali a qualquer minuto, a qualquer hora. Depois ele reiterou isso para os colegas que estavam lá enfim. É esse o relato.

Existem muitos outros relatos, eu queria reiterar isso. Esse não é um episódio pontual, isso é que a gente vive cotidianamente sendo negra na universidade, essa é a gravidade. É muito importante que a gente possa perceber porque toda vez que eu conto essa história a primeira pergunta que vem é sempre, “mas eles falaram alguma coisa? Eles te chamaram de alguma coisa? Eles disseram alguma coisa que tivesse a ver com sua cor”? E aí essa é uma pergunta de quem não está nada interessada no debate, não é? É preciso muito menos do que chamar alguém de macaco, de falar que é sujo, de falar que fede para a pessoa ter uma ação racista em relação a você.

É esse o debate que o racismo institucional traz e a gente precisa pensar quando pensa nas instituições, quando pensa o negro no Brasil. Então quando a gente, por exemplo, diante do que aconteceu, fui à reunião do CAOC convidada por um membro do CAOC e não pelo CAOC para debater e tentar esclarecer porque o CAOC disse que não é racista, que não havia acontecido um ato racista enfim. Fez uma nota repudiando, uma nota bem, uma nota horrorosa, eu não consigo encontrar outra palavra, uma nota indecente que mais ofende do que se retrata.

E aí o CAOC fez essa nota e a gente foi debater e, por exemplo, eles disseram, “mas eu não vejo acontecendo ato racista aqui”. Pudera, ele branco não consegue ler que o fato de não haver brancos lá já é racismo. Então é nessa linha que a gente precisa debater o racismo na universidade e na USP, não é?

O Zago quando esteve aqui em audiência depois de muita insistência, depois de quase ser trazido pela polícia, ele disse que em relação aos casos de violência sexual, dos estupros nas festas da Medicina, que ele não poderia em hipótese alguma se posicionar em relação aos guardas e a guarda universitária porque eles estavam lá fora do expediente, no (ininteligível) e sendo contratados por essas pessoas como sujeitos individuais donos de sua força de trabalho e que (ininteligível) para quem quisesse.

Eu queria que ele se posicionasse diante do fato se que nesse caso essa pessoa, esse contingente que estava lá, estava lá em hora de trabalho, eles não estavam lá fora

do expediente, eles estavam lá contratados pela universidade e então é uma fala que, por exemplo, já não cabe assim não é?

Um questionamento que sempre me é feito também o porquê que eu acho que é racismo? Então já que não está óbvio para todo mundo é muito importante dizer que outras pessoas entraram antes de mim e depois de mim. As duas pessoas negras que estavam lá entraram acompanhadas de uma dezena de pessoas brancas. As que entraram sozinhas eram brancas sem serem impedidas.

Outra questão primordial é que a argumentação deles foi muito falaciosa. Então uma hora eles disseram que não entrava ninguém há 40 minutos, outra eles disseram que a partir daquele momento que tinha vindo essa determinação, disseram que estava tendo uma festa que não tinha naquele momento enfim.

A outra questão é porque como eu já disse, eu sei quem eu sou, eu me conheço como pessoa política, eu sei em qual país eu estou e eu sei que universidade é essa, não é preciso muito mais que isso. E aí diante disso isso teve desdobramentos, eu fiz uma nota com ajuda naquele momento muito grande do Miguel que está aqui e a gente soltou essa nota e isso ganhou as mídias e foi depois disso que o CAOC se manifestou, que um dos departamentos da Faculdade de Medicina se manifestou.

Nós na verdade exigimos essa manifestação porque a gente compreende que esse tipo de acontecimento racista não pode passar em branco em uma universidade desse porte, em uma universidade que forma gente, que forma elite científica enfim, do Brasil e aí a gente teve alguns desdobramentos.

Então na Faculdade de Saúde Pública a gente pediu um posicionamento e isso foi abafado na congregação, o diretor da Faculdade de Saúde Pública não tratou desse assunto em nenhum colegiado e aí ele fez uma nota pessoal dirigida a mim, ao Miguel e à Vanessa que foram os nossos nomes que estavam protocolados nesse pedido que era institucional de manifestação, ele mandou uma cartinha para a gente dizendo que ele repudiava qualquer tipo de preconceito.

A Faculdade de Medicina não se manifestou, quem se manifestou foi os departamentos com uma nota que é da mesma linha do CAOC dizendo que eles não eram racistas porque eles faziam projetos de extensão com a população negra.

(Inaudível).

A SRA. MÔNICA MENDES GONÇALVES – Bacanas. Obrigada pessoal, obrigada.

Aí foi aberta uma sindicância na Faculdade de Medicina que era para apurar os fatos porque embora muito que se diga que é preciso aqui garantir o direito ao contraditório, o que tem acontecido lá na verdade é que nem direito à queixa tem sido levado a diante. Então eles engavetam os nossos processos, as nossas queixas, eles não levam a diante, eles não discutem com o colegiado.

Eu quero saber como a gente pode dar direito ao contraditório quando o primeiro ponto ao foi colocado? Então se as vítimas não são ouvidas, quem sofreu agressão não é ouvido, que história é essa de direito ao contraditório?

Queria colocar isso e enfim, essa sindicância foi aberta, questionou-se nessa CPI também qual era a legitimidade de uma sindicância que avaliasse a violência sexual em que mulheres não estavam presentes? Vocês podem imaginar que não existem pessoas negras nessa sindicância. É claro, diante de tudo o que já foi debatido.

Acontecendo essa sindicância sem nenhuma pessoa negra, as perguntas que foram feitas para mim e outros colegas foram todas para desconstruir, mas quando você tem certeza, chegou ao limite de para um colega uma das pessoas que estavam nessa comissão, nessa sindicância comendo perguntar, “você tem noção do que você está fazendo? Você está destruindo um homem trabalhador, um chefe de família”. Essa foi a abordagem, esse foi o tom da sindicância que foi aberta e que mais, ainda não teve resposta.

Em minha pouca leitura política, eu imagino que eles estejam esperando acabar essa CPI, acabar a publicidade entorno de todo burburinho dessa faculdade porque aí eles podem muito tranquilamente responder que não foi racismo, que não foi nada e ninguém vai notar. Essa sindicância foi aberta em julho, na primeira semana de julho de 2014. Os depoimentos foram colhidos logo entre a primeira e a segunda semana, eu não

sei o que se está esperando para assinar uma resposta para essa sindicância, não tem nenhum elemento para eu acreditar que isso é uma manobra política.

Enfim, no mais, o que mais? Eu estou aqui para fazer esse relato breve, eu trouxe alguns vídeos, eu trouxe algumas imagens, as imagens do começo enfim. Essa imagem desse aluno que foi agredido pela PM, o vídeo está aí e depois a gente pode colocar. Acho que uma questão muito importante é que e não é a toa que hoje aqui está meio esvaziado, eu tenho participado da construção dessa CPI não só nesse dia e não é a toa que hoje está mais esvaziado, que a gente tenha menos alunos da Medicina aqui hoje, porque quando a gente debate racismo, a gente está falando dos privilégios que eles também têm, embora eles estejam em uma luta articulada contra a homofobia, contra o machismo, contra a misoginia, contra os estupros é muito diferente você colocar contra o racismo porque aí são eles que vão estar em jogo.

Não tem nenhum motivo para alguém se colocar, uma elite branca se colocar contra estupro de mulheres porque eles não são feridos, eles não vão ser pessoalmente ou enquanto grupos prejudicados quando alguém é acusado de estupro, mas quando a gente acusa a instituição de racismo exige medidas funcionais concretas, aí sim, eles entram na roda. Então não é à toa que hoje a gente está percebendo esse fenômeno, não é à toa que essa Audiência foi adiada, nada disso aqui é à toa. A minha fala é para trazer isso, eu estou disponível para qualquer pergunta.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT – Você tem algum, espere um pouquinho. Você tem algumas coisas para exibir?

A SRA. MÔNICA MENDES GONÇALVES – Eu tenho. Não é o fundamental, mas.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT – Por favor, pode colocar.

A SRA. MÔNICA MENDES GONÇALVES – Vou pedir ao Danilo então uma ajuda.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT – Vamos lá? Ajuda.

(Inaudível).

A SRA. MÔNICA MENDES GONÇALVES – Então, algumas são em relação às discussões que já foram feitas e então eu acho que não tem muita necessidade de passar, mas é sobre como as cotas já foram, já existe um debate absolutamente de consenso em relação à constitucionalidade, pode passando, mas e aí eu trouxe tudo o que tem sido produzido pelas outras universidades que não a USP.

Então a universidade aí federal, pode passar. Aí é só um recortezinho específico para a gente enxergar. Pode ir passando. Então isso aqui é um documento que foi feito, uma produção que foi feita pela UFRJ e que fala bastante sobre o desempenho dos cotistas que é um dos pontos que insistem muito, que o desempenho vai ser menor. Isso já foi trazido no texto quando o Douglas apontou aqui e isso já foi trazido e esse texto descobri o argumento, não é?

Então fala um pouquinho de como o vestibular é basicamente um sistema classista e racista, é isso o que ele seleciona, o critério dele, ele faz um recorte que é de classe e que é de raça. Então só para as provas de exame de vestibular para ingressar nas universidades públicas passam a ser realizadas, portanto, no conteúdo de grande desigualdade e difamação motivada principalmente pela renda familiar.

Quando a gente começa a olhar para as grandes faculdades da USP que são as mais tradicionais, a FEA, a Faculdade de Medicina, a Faculdade de Direito isso é absolutamente concreto. Quanto mais alta a nota de corte, mais ricos pelo questionário socioeconômico são os alunos e menos pretos tem nessa unidade, então esses dados são consoantes. Por ir passando.

E aí essa é a federal de Minas Gerais, esses são os documentos que as outras universidades na USP são produzidos e estão falando e debatendo, desconstruindo os mitos de que o desempenho é menor, de que isso que vai gerar racismo. Faz-me rir, não é? E essa é a nossa realidade, a USP não tem calouro preto nas mais concorridas. Pode ir passando. Negros são menos de um por cento nos cursos de ponta, essa é a realidade, isso tem em 2012, 2013 e 2014. É 2011, 2012 e 2013. Pode ir passando.

Esse é recentíssimo, é de agora. Veja aqui o próprio CREMESP começou a debater essa questão e isso é o que a USP produz. Isso foi produzido em 2012, vejam só a semelhança, vejam só a coincidência e que aí tem toda, esses são de 2012 que foi publicado na semana seguinte a que eu fui discriminada, duas semanas aproximadamente teve uma Mesa na Faculdade de Medicina, eu fui convidada pelo coletivo de construção que debatia justamente isso, para quem é a universidade? Debatia acesso, debatia composição e eu fui justamente lá para garantir que a pauta racismo estivesse presente nessa semana em 2014, em maio esse tema estava na página principal da USP.

Sabe a página principal da USP em que eles colocam lá as cinco matérias? Por que um texto, uma pesquisa de 2012 foi parar em 2014, duas semanas depois em que uma aluna foi barrada na porta da Faculdade de medicina? Mas estava lá. Essa é a produção da USP, em contraponto à produção das outras universidades. Pode passar.

E aqui eu só trouxe isso porque um professor da FFLCH na época do debate e aí tem mensalidade, não tem mensalidade, cobra ou não cobra, porque sim, porque não, ele se coloca contrário a vender a USP e cobrar mensalidade, mas no meio do texto dele, pode passar, ele se coloca contrário às cotas e às ações afirmativas.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT – O professor Gianotti?

A SRA. MÔNICA MENDES GONÇALVES – Isso mesmo.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT – O professor Giannotti, é que eu estou aqui de fianca.

A SRA. MÔNICA MENDES GONÇALVES – Isso, ele mesmo. Então veja bem que a ala progressista da USP.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT – Repete, mostra de novo, por favor.

A SRA. MÔNICA MENDES GONÇALVES – José Arthur Giannotti, ele é da FFLCH. Pode passar.

A SRA. – (Inaudível).

A SRA. MÔNICA MENDES GONÇALVES – Sim, pois é. Progressista porque ele é contra que se cobre mensalidade na USP, mas ações afirmativas não porque isso fere. Olha o que ele fala. Esse caráter da universidade, da instituição pública, ele foi trincado por louváveis ações afirmativas facilitando o ingresso de grupos desfavorecidos, é isso. Pode passar. Então aí eu acho que já foi tudo.

Tem outro na outra pastinha. Isso aí é do Show Medicina, eles fazem black face, eu sei que tem uma companheira aqui da ECA.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT – Repete. Sabe o que acontece? Deixa só te explicar o problema e como é que funciona aqui. Aqui é meio medieval o sistema e se você não fala o que você está vendo, o que você está lendo, não existe. Então tudo o que você falar, você tem que gravar com sua voz, com seu discurso. Então explica o que é esse black face. Então leia tudo e aí vira texto.

A SRA. MÔNICA MENDES GONÇALVES – A gente tem aqui uma foto que é uma das fotos do Show Medicina. Um dos meninos como vocês estão vendo, ele está com o rosto pintado com uma tinta preta.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT – Este é o Show Medicina?

A SRA. MÔNICA MENDES GONÇALVES – Isso é do Show Medicina.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT – Meu Deus.

A SRA. MÔNICA MENDES GONÇALVES – É um grupo que, olhe ali a caveirinha ali. Está vendo na camiseta o logo? É isso e aí todo ano eles pintam o rosto de uma pessoa de preto. Essa prática foi recorrente nas artes dramáticas no Brasil. Ao invés de contratar atores e atrizes negras, pintava-se o rosto deles e eles interpretavam pessoas negras, obviamente em papéis subalternizados e isso vem sendo combatido veementemente.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT – Você sabe em ano é isso?

A SRA. MÔNICA MENDES GONÇALVES – Não, não sei que ano é esse, mas eu posso conseguir saber, isso não é muito difícil.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT – E eles mesmos que se autodenominam black face? É isso?

A SRA. MÔNICA MENDES GONÇALVES – Black face na verdade é o nome dessa prática.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT – Ah, dessa prática.

A SRA. MÔNICA MENDES GONÇALVES – Isso.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT – E no Show Medicina, eles praticam o black face?

A SRA. MÔNICA MENDES GONÇALVES – Eles praticam o black face que é combatido veementemente a muito tempo pelos movimentos negros especialmente ligados às artes dramáticas.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT – Você não sabe de ano é esse?

A SRA. MÔNICA MENDES GONÇALVES – Não.

A SRA. – (Inaudível).

A SRA. MÔNICA MENDES GONÇALVES – É 2012? Isso é de 2012.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT – Entendi.

A SRA. MÔNICA MENDES GONÇALVES – Então assim, é só para deixar muito claro o quanto práticas racistas que vêm sendo combatidas historicamente, nesse espaço acontecem livremente sem nenhum questionamento.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT – Posso te pedir um favor?

A SRA. MÔNICA MENDES GONÇALVES – Claro.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT – Será que vocês poderiam constituir um grupo e pegar os hinos de todas essas faculdades, principalmente das Medicinas, mas as outras e pegar e separa todos os hinos que têm expressões racistas ou outras formas de manifestações?

A SRA. MÔNICA MENDES GONÇALVES – Sim.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT – Todas. Lógico que a campeã do Estado é Ribeirão, a Batesão. Lá em, bom enfim, eu não vou ficar, vocês podem fazer esse estudo de semiótica para a gente? Isso é fundamental para o fim do relatório.

A SRA. MÔNICA MENDES GONÇALVES – Sim.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT – Vamos lá, continue.

A SRA. MÔNICA MENDES GONÇALVES – Aqui têm alguns exemplos dos hinos, são hinos que embora muitos deles não sejam cantados atualmente assim como esse foi o pretexto para ligar justamente.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT – Então só para concluir. São textos, músicas, fotos. Tudo o que vocês puderem compilar, nós não temos perna para isso, tudo o que vocês tiverem, vídeos, baterias, hinos, tudo da prática do racismo. Está bom? Estou pedindo publicamente. Vamos lá.

A SRA. MÔNICA MENDES GONÇALVES – Então aí tem, por exemplo, um dos hinos que diz que a enfermeira Dalva.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT – (Inaudível)

A SRA. MÔNICA MENDES GONÇALVES – É daqui da Faculdade FMUSP, é daqui, é da atlética. Essa letra está naquele conjunto de letras da Atlética. É o cancionário? É isso, não é?

(Inaudível)

A SRA. MÔNICA MENDES GONÇALVES – Isso, fala que a enfermeira Dalva tem cor de melena. Alguém aqui é estudante da Medicina pode dizer o que é melena?

(Inaudível).

A SRA. MÔNICA MENDES GONÇALVES – Eu posso dizer o que é melena. Melena e aí me corrijam, por favor, são as fezes quando existe alguma, a pessoa está doente do estômago, do intestino e aí o sangue da ferida vai para as fezes e as fezes ficam muito escurecidas e muito fétidas. Isso é melena. Melena, por exemplo, é muito recorrente em quadro de câncer, por exemplo. E é isso, ele fala que ela tem cor de melena.

“A enfermeira Dalva me desaponta, mas parece uma tonta. Vindo do corredor, cabelo amarrado, dente mal escovado, o jaleco amassado e o saiote um horror. Linda atendente morena da cor de uma melena. Tu não tens pena de mim que sofro tanto com seu odor, mas se a arrogância, fazer amor na ambulância, essa Dalva não cansa, assim não dá para aguentar e as aluninhas para o consolo da gente, bem mais arrumadinhas para o doutor ajeitar”

Então é uma música absolutamente misógina, absolutamente machista e absolutamente racista, totalmente. Ela já tem uma hierarquização aí entre as alunas que possivelmente são da Medicina e a enfermeira porque as alunas vêm um pouquinho mais arrumadinhas. Ela faz uma associação que historicamente vem sendo combatida em relação ao cheiro do povo negro. É uma coisa que todo mundo implica e que é uma forma de inclusive tirar a gente da nossa humanidade, de assimilar a gente com animal e isso vem historicamente construído para reiterar o preconceito e o racismo.

E aí essa música traz isso quando fala que a enfermeira Dalva tem cor de melena, faz menção ao odor dela. Então.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT – (Inaudível).

A SRA. MÔNICA MENDES GONÇALVES – Isso. Pode passar para a próxima. Aí tem essa que fala, “cortando a pele dura de um crioulo difícil, o bisturi elétrico começa a queimar. O seu subcutâneo vira “baconzitos”, não sei se o seu estômago eu vou alcançar. Aponeurose do negão é intransponível, mas não adianta

abrir, é inope o seu CA. Câncer (ininteligível) invasivo, teratoma no ouvido, vamos embora companheiro, encaminha urgente para o Antônio Prudente. Prazer em conhecer seu CA”.

Tem uma coisa que é fundamental, inope eu não sei o que é, CA é câncer. Está falando da dificuldade.

(Inaudível)

A SRA. MÔNICA MENDES GONÇALVES – Inoperável, isso é inope? Pois é, é um preto inoperável e a pele dele é muito dura. Isso eu acho que é importante, essa música é muito importante porque em uma das figurinhas que a gente mostrou antes eu não sei se vocês repararam, observaram, mas era um médico orientando os alunos dizendo, “o bebê quando nasce saudável tem a bochecha rosa” e tem uma aluna negra pensando em um bebê negro.

Essa música ela é muito importante porque ela remete ao racismo institucional, ao racismo que está presente na construção do conhecimento que a Medicina oferece e que ela constrói. Então isso, por exemplo, também é um mito.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT – (Inaudível).

A SRA. MÔNICA MENDES GONÇALVES – Thundercats.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT – (Inaudível).

A SRA. MÔNICA MENDES GONÇALVES – Isso, a maioria das músicas sim, o título tem a ver com uma música que já existe enfim. E aí ela deixa muito claro

como o racismo, a ciência tem uma função mantenedora do racismo especialmente nessas instituições.

Aí essa é uma que chama “Bolero de Ravel” que fala “eu precisava de uma transfusão. Para a Paulista fui então e um tigrão me deu o sangue de um negrão, desconfiei então, esse negão tinha ponto na Avenida São João, puxava ferro de montão até que veio a maldição e peguei infecção e a solução foi vender o meu fuscão azulão para pagar o AZT e o caixão. Não suportando mais humilhação, meu coração então”.

Essa música está falando de um negão.

(Inaudível).

A SRA. MÔNICA MENDES GONÇALVES – Isso, também, essa música também. Que tem um sangue que não é confiável porque ele logo desconfia quando ele recebe o sangue de um negro e aí ela tem esse aspecto absolutamente racista e assim, ela ainda fala que ele tinha ponto na avenida.

Então na verdade têm várias opressões aí que se constroem juntas nessa música e aí você vê que enfim, são estudantes de Medicina, essas pessoas vão ser médicas. A gente, dizem que isso é um discurso batido, os alunos da Medicina falam isso, “vai ser médico”. Não me digam isso, vocês sabem o que é ser médico, vocês sabem o poder que vocês têm desde a graduação, vocês sabem o poder que vocês têm na equipe de saúde.

Então não é à toa. O acesso que vocês têm ao corpo das pessoas que ninguém mais tem. Eu sou psicóloga, a pessoa pode mentir a vontade, não tem nenhuma possibilidade de invadir o espaço mental dela e saber se aquilo é mentira ou se é verdade. Vocês têm essa possibilidade, vocês abrem o corpo da pessoa, vocês tiram a roupa, vocês abrem com bisturi.

Então assim, isso é absolutamente dramático, é o fim dos tempos.

(Inaudível).

A SRA. MÔNICA MENDES GONÇALVES – É uma máfia branca.

A SRA. – (Inaudível).

A SRA. MÔNICA MENDES GONÇALVES – Pois é. Ontem estava. É isso, são esses. Tem aquela que eu já trouxe na outra audiência, não estava aqui agora, mas da Faculdade de medicina lá de Ribeirão Preto.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT – (Inaudível).

A SRA. MÔNICA MENDES GONÇALVES – Não, não conheço esses meninos.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT – (Inaudível).

A SRA. MÔNICA MENDES GONÇALVES – Em 2012.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT – (Inaudível).

A SRA. MÔNICA MENDES GONÇALVES – Isso. Bom, era isso que eu tinha para apresentar, para dizer.

(Palmas).

O SR. MIGUEL ÂNGELO – Boa tarde pessoal, eu sou Miguel Ângelo, eu sou do Comitê Contra o Genocídio da Juventude Preta, Pobre e Periférica, do fórum de Hip Hop do município de São Paulo e nas horas vagas eu estudo na Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo também, bem nas horas vagas mesmo.

Eu vim aqui para falar especificamente da Faculdade de Medicina, mas de um ponto que foi justamente essa mobilização que a Mônica falou, que foi mais uma página que a gente conseguiu escrever na história de resistência principalmente em um quarteirão tão difícil de organizar luta que é a questão específica da situação do IML dentro da Faculdade de Medicina.

Como é o nome da sua irmã mesmo?

A SRA. MÔNICA MENDES GONÇALVES – Débora.

O SR. MIGUEL ÂNGELO – É a irmã da Mônica aqui no banner. Ficou muito bom esse banner. Nesse banner, eu me lembro de quando a gente estava discutindo para fazer o banner, o último ponto “limpando os seus banheiros”, não é? E eu insistia, “lotando as gavetas do IML” porque comparado proporcionalmente, a gente está mais lotando as gavetas do IML.

Eu vou falar dessa questão a partir de duas perspectivas para ver se a gente consegue entender como é que funciona até para entender o que eu vou falar depois das propostas que o comitê contra o genocídio pensou em relação a isso há pelo menos dois ou três anos.

O que ajuda a gente a entender essa questão da situação nossa com relação à violência policial etc. e tal e todo aspecto funcional como estado e como todas as suas instituições contribuem com isso. Dois aspectos que eu insisto sempre que um é o fato da maioria ser de população preta.

A maioria é população preta justamente por falta de uma justiça de transição, o (ininteligível) vai fazer 127 anos agora que a abolição. Junto a isso você tem a formação de modos operantes para funcionar dessa maneira que foi como a forma que a ditadura militar organizou os aparelhos.

O Adriano Diogo esteve na faculdade de Saúde Pública para discutir essa questão do IML no período da ditadura militar e a situação atual é um legado disso. Então você tem os modos operantes da polícia que foi constituído na ditadura militar para matar desse jeito e você tem também o modo operante dos médicos legistas da própria instituição Faculdade de Medicina para encobrir isso.

São Paulo é fortíssimo. Quando o Caco Barcellos estava fazendo o “Rota 66” ele conseguiu abrir um arquivo lá dentro do IML, teve uma situação bem privilegiada de ter uma sala no IML e ele conseguiu, ele encontrou por acaso alguns prontuários com “T” em vermelho e desses prontuários de “T” em vermelho que posteriormente se identificou a vala de Perus e tal.

Você tem casos bem recentes que ajudam também a entender essa situação como, por exemplo, os crimes de maio de 2006 onde oficialmente 480 pessoas foram mortas, mas nós sabemos os movimentos sociais, periferia e etc e tal foram mais de 800 pessoas. O chefe do CRM foi para o IML, ele encontrou o IML lotado de corpos e falou que aquilo era umas três ou quatro semanas de guerra no Afeganistão, Irã e Síria todos juntos, todas as pessoas foram executadas e todas as pessoas tiveram laudo falso.

Para vocês não é novidade em ouvir falar em laudo falso. Então fraudaram, fizeram laudos falsos. Esse caso mesmo da vala de Perus e até o caso dos crimes de maio tiveram que enviar para o IML da UNICAMP porque já se sabia da tradição do IML de São Paulo, de acobertar os casos e alguns casos recentes, bem atuais que a gente ficou sabendo que nem fazia realmente, que nem se laudava realmente, só olhava e colocava “não tem vermelho”, mas alguma outra forma de identificar que não era necessário porque era como se fosse à exceção.

Então evidente que as forças policiais no Brasil nunca serviram para outra coisa que não capturar pretos, implodir a ressurreição dos pretos e isso se deu justamente porque o preto vem como mercadoria, não é? Como propriedade privada que você tem que defender, só que diferente de outra qualquer mercadoria, a questão é que como era

uma mercadoria viva e que reagia e que não permitia a coisificação, ficava muito difícil e as forças policiais sempre foram organizadas nesse sentido.

Essa questão, a questão do Carandiru é muito interessante porque todas essas pessoas tiveram o laudo fraudado, mas tem outra coisa importante que você teve uma preocupação maior de estado em destruir todas as possibilidades de apuração do caso e até de memória do caso. Eu, no cotidiano de militância a gente encontra de vez em quando algumas pessoas que sobreviveram ao massacre e pessoas que estão nas piores situações possíveis, pessoas que não tiveram como verbalizar o que aconteceu até hoje oficialmente.

Então pouco se sabe de fato o que aconteceu a não ser um ou outro livro, um ou outro relatório que é evidente que são relatórios que se limitam aos números e dígitos oficiais. Não sei se vocês se recordam, esse caso é importante, não sei se vocês se recordam.

Uma semana depois do massacre que a gente chegou a 50 mortos porque no segundo dia foram sete, no terceiro dia foram 12. Então os caras seguraram até as últimas para falar que foram 111. Mas não foram 111 porque a maior parte dos presos foram moídos em um caminhão de lixo. Tem um livro do André do Rap que fala sobre isso, mas as fontes mais importantes de tudo o que eu estou falando aqui inclusive estão nos raps escritos naquela época e até depois daquela época principalmente na década de 1990.

Para a gente entender especificamente a questão funcional do IML, a gente precisa, por exemplo, ouvir o novo CD do Eduardo Tadeu que se chama “A Fantástica Fábrica de Cadáver” porque ali ele vai pegar a ideia de modo de produção e explicar como é funcional se matar preto, se prender preto e conseguir, ele explica como o capital consegue gerar valor com aquelas pessoas que estão fora do mercado de trabalho, ou seja, tecnicamente fora da luta de classe.

Então como o tráfico gera um valor importante, como a morte dessas pessoas gera valor importante.

O SR. MARCO AURÉLIO – PT – Como é o nome? “A Fantástica Fábrica de Cadáver”? É isso?

O SR. MIGUEL ÂNGELO – Isso. Tem o livro também.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT – (Inaudível).

O SR. MIGUEL ÂNGELO – O livro “A Guerra Civil na Visão de Favelado”, é isso?

(Inaudível).

O SR. MIGUEL ÂNGELO – Não. Acho que é “A Guerra Civil na Visão de um Favelado”, do Eduardo Tadeu o nome do autor.

(Inaudível).

O SR. MIGUEL ÂNGELO – Isso. Bem fácil de encontrar inclusive. Bom, então ele vai explicar como que é funcional e tem uma música muito bacana porque ela é a primeira de tudo o que eu conheço do rap que conseguiu pegar desde o suposto alto de resistência até o processo quando a pessoa entra no hospital e ao final o dado como morto e o tráfico dos órgãos da pessoa. Então ele mostra o processo perfeitamente como funciona.

Minhas referencias são do rap e então eu sou do hip hop. Então outro grupo importante é “Atitude Consciente” do Paraná, esse mostra o fluxo do tráfico de órgãos

do Brasil-Escócia e têm vários outros aí que a gente tem que procurar porque são os discursos dos de baixo.

Essa questão é fundamental porque essas pessoas estão direto nisso e o discurso, esse discurso forte, um discurso pergunto o porquê. Só que esse porque se torna como e aí essas pessoas conseguem, produzem obras incríveis onde elas explicam todo esse processo e se não fosse isso eu nunca iria me engajar na luta e inclusive é muito mais fácil militar tendo essas informações porque a gente já vai buscar no lugar certo.

Bom, vejam lá. A gente esta aqui, o Costa, o Milton também, acho que deu uma saidinha, o Chico está aqui também, o Danilo, várias pessoas que participaram das reuniões, às vezes é claro, evidente participaram das reuniões dentro da Secretaria de Segurança Pública com a última gestão anterior onde a gente colocou essa questão que é um ponto muito importante para o comitê, essa questão do IML, do status do IML e tudo mais.

A reivindicação era, o IML precisa sair da direção da Polícia Técnica Científica porque eles encobrem. A proposta do Eduardo Dias na época, o assistente do adjunto, do secretario adjunto o Grella, ele era de passasse para a Fundação Faculdade de Medicina através de um convênio junto com a Faculdade de Medicina e tal.

A grande questão é que evidente que independente do que eu propor e o que a gente propôs na época ou o que a gente venha até propor aqui em reuniões como essa não vai ser a solução porque, a solução a gente não vai fazer aqui dentro e etc e tal, a gente precisa estar na rua, a gente precisa estar apontando e o espaço aqui serve pelo menos que as pessoas tenham a dimensão de que isso acontece.

Avançou pouco, na época ele trocou o chefe da técnica científica da Polícia Técnica Científica porque a gente pediu audiência que isso ainda foi o outro secretario, quando o Grella entrou já tinha mudado tudo e acabou que o negócio ficou meio que parado.

Agora teve algumas audiências, algumas discussões aqui com relação à específica questão de como funciona o SVO, os problemas de subnotificação e principalmente é claro, os homicídios ocultos. Que isso já eram os zilhões e zilhões de valas por aí. Tem a ver com esse lance de tráfico de órgãos, mas tem a ver também com

todos esses modos operantes que trocou o terrorista, incluiu, não é? Já era o preto o terrorista e agora virou o preto. Aí eu chamo o preto de ladrão e tal para identificar.

São três mil pessoas enterradas sem identificação, dadas como sem identificação, dadas como indigentes.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT – (Inaudível).

O SR. MIGUEL ÂNGELO – Nesse período, não dessa vala de Perus, mas aquela pesquisa que fizeram. Chamaram o SVO aqui, não é? Qual era o período? Era até 2013.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT – (Inaudível).

O SR. MIGUEL ÂNGELO – Isso, a promotora. A promotora Vendramini está investigando essa questão e foi junto com o estudo do IPEA com o mapa dos homicídios ocultos que identificou 30 mil. Então não saiu muito da lógica que a gente estava identificando em São Paulo. Então são cinco mil mortes em São Paulo, não sei se vocês sabem, mas você tem uma das cinco uma policial fardada, três grupos de extermínio e mais uma não grupo de extermínio não polícia, entra como várias outras categorias.

Desses cinco dava para mexer em uma que é quando o policial está fardado, mas tinha a questão do auto de resistência. Trocou o auto de resistência, mas ficou intervenção por morte policial e aí a mudança é simbólica e que a gente não consegue processar, ele fica como morte por intervenção policial todo o processo.

A proposta era que se fosse homicídio por ação policial, não morte por intervenção policial. Se identificasse que não fosse homicídio passaria para morte por intervenção policial. Então a ideia das categorias é difícil. Bom, inclusive a gente já vinha falando algum tempo que a mudança é simbólica, a gente precisa derrubar o auto

de resistência, mas precisa fazer outras coisas também para mexer nessa questão até porque não é só isso, que todas essas falas muito boas frisaram bem essa questão do racismo e essa ligação com a ação policial é muito importante.

Não sei se vocês sabem, mas a mesma proporção de jovens pretos mortos no Brasil é a dos Estados Unidos. Mas é que a polícia dos Estados Unidos mata mais, mas vejam lá, a gente é quase 60% do sistema carcerário, lá é 80%. A gente é mais de 70% das mortes cometidas pelos agentes do estado e lá também, só que lá é 13% da população. É muito semelhante.

Aproveitando esse ponto, lembrar que as alterações propostas pelo comitê contra o genocídio nesse sentido avançaram muito pouco, por quê? Porque a gente não só apontou a questão do IML e a Faculdade de Medicina. Então se o IML está lá dentro, a Polícia Técnica Científica manda, como é isso? Esses só vão lá trinar e tal? A questão dessas mortes não passem por nenhum outro critério então, por exemplo, tinha um comitê de mortalidade policial nunca andou. Tinha uma defensora aqui, ela até podia falar sobre isso, mas acho que ela já foi.

Mas ele não funcionou, tinha o Neve, etc e tal e não foi para frente. Então assim, uma pessoa morre, a polícia leva morto ou não, o certo era esperar o SAMU. Então se a pessoa tiver viva, mas também se não estiver viva vai ao SVO de qualquer jeito, a polícia que tem que levar. Normalmente a polícia leva, mas ela leva ainda para um serviço de saúde para os médicos encobrirem e isso acontece muito tranquilamente.

A chacina do Rosana, um caso que dá para ajudar a entender esse negócio. O que acontece na chacina do Rosana? Duas pessoas sobreviveram nessa intervenção da polícia lá que morreu o DJ lá e tal. Com certeza vocês conhecem. As pessoas sobreviveram com tiro de raspão e elas foram para a casa de uma vizinha e era uma senhora bem simplória, ela ligou para a polícia porque ela falou “tem duas pessoas baleadas aqui e eu acho que elas precisam de ajuda”.

E aí a polícia resgatou essas duas pessoas e essas pessoas deram entrada no PS depois de uma hora mais ou menos. Cada um estava com doze tiros, faltando o dedo e etc, etc, e etc. Aí a gente, as pessoas do comitê foram até a casa onde essas pessoas moravam, conseguiu acesso aos documentos, BO, etc e tal e compararam esse BO com os documentos do hospital.

Conseguiram fazer amizade com alguns funcionários do hospital e descobriu que as roupas ficavam dentro do hospital dentro de uma salinha. Então não era uma chacina, eram várias chacinas das várias chacinas que aconteciam, tiravam as roupas e guardavam em uma salinha. E quando a gente foi argumentar isso também para o DHPP, disse que também não fazia sentido porque eles nunca levavam as roupas em conta.

Esses corpos vão para o IML e é outro laudo forjado, os dois laudos forjados desses casos. A gente cobrou evidentemente na manifestação a questão de um posicionamento da faculdade com relação a essa questão, nada foi feito até o momento, o status de organização do IML ainda não está muito claro para a gente, mas o que é fato é que assim, o IML do jeito que funcionava na ditadura militar e curiosamente todos os equipamentos de saúde da Universidade de São Paulo ali naquele espaço principalmente funcionam da mesma maneira, só que ao invés do terrorista hoje é o preto bandido. É isso.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT – Fecha a sua apresentação. Apresenta-se de novo porque você chegou tão tenso, tão tímido. Fale a sua ficha técnica.

O SR. MIGUEL ÂNGELO – Miguel Ângelo, sou do Comitê Contra o Genocídio da Juventude Pobre, Preta e periférica do fórum hip hop.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT – Então para amanhã ninguém dizer que você não veio falar uma coisa de mártir aqui, que não tem nada a ver com o objeto da CPI, o que ele tentou dizer é o seguinte, na Faculdade de Medicina funciona o Serviço de Verificação de Óbito, conhecido por SVO. Do outro lado da rua funciona o Instituto Médico Legal.

O Serviço de Verificação de Óbito é para pessoas que tenham morrido em casa, no hospital por morte natural e o IML é por morte súbita e vai para o IML, mas embora

um esteja dentro da Faculdade de Medicina e outro na Secretaria de Segurança Pública, eles são absolutamente integrados como dependências policiais.

Então essa questão a Faculdade de Medicina nunca consegue responder, é uma enorme caixa preta que funciona desde o tempo da ditadura até os dias de hoje. Qual é a semelhança metodológica que tem os dois? Atestados de Óbitos falsos.

Então acho que é uma contribuição importantíssima que você veio dar. Eu já estava esvaziando bem, faltam duas pessoas para falar. Você não vai falar?

A SRA. – Não.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT – Mas vai falar o menino da Faculdade de Direito. Venha vindo para a Mesa. Eu queria dar a minha contribuição para essa Sessão de hoje. Não precisa ir embora não, fica aí.

Eu queria dar a minha contribuição, a moça era para ter vindo pessoalmente, é um caso que nós já apresentamos sobre a violência obstétrica lá no HU, é um depoimento impressionante só que o áudio é péssimo. É da, como é o nome da menina mesmo?

(Inaudível).

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT – Mariana Dias. Então vocês vão ver uma história, vocês já viram essa história? O áudio é um terror, mas essa casa nessa sala ao contrário da sala em que a gente apresentou a primeira vez é melhor o equipamento. Então tentem, ela está se propondo a vir, era para vir hoje para contribuir com essa Audiência. Ouçam essa história e que o que vocês não ouvirem a gente tenta contar para vocês. Vai lá Danilo. Dê um contrastezinho na luz para ajudar. O áudio é péssimo.

É feita a exibição de um vídeo de Mariana Dias.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT – Olha eu queria pedir para o pessoal da taquigrafia que na outra vez em que nós apresentamos esse vídeo não foi possível recuperar o áudio, então eu queria pedir viu Marisa e Emília, tentem recuperar. Nós fizemos aqui nessa sala de propósito senão a gente ou vai trazer a moça aqui ou tenta fazer, eu sei que você recebe o mesmo áudio que a gente, tenta fazer essa recuperação que é importantíssimo esse depoimento para nós aqui na CPI.

Então vocês ouviram, não é? Ela foi **epstomizada** dos dois lados sem necessidade e era a primeira filha dela e aí puseram 80 alunos e ela foi objeto de uma aula lá no HU. Então foi um horror com a vida dela, além dela ser cortada dos dois lados sem nenhuma necessidade, ela foi objeto de uma aula lá no HU.

Como o HU é uma extensão da USP da Faculdade de Medicina e vocês viram que ela é uma companheira ativa, militante do movimento contra a violência obstétrica, ela é muito articulada e então é uma contribuição que ela e a professora Simone Diniz estão dando para essa CPI. Vocês ouviram, não é?

A SRA. – (Inaudível).

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT – Isso que eu ia falar. Uma negra, não é? Bom, então não precisa falar mais nada, tem todas as e então vocês ouviram e então quero pedir à taquigrafia na recuperação desse áudio que é a coisa mais importante para a gente dessa CPI e eu queria até que vocês incentivassem ela a vir, ela tem uma pequena loja, ela mora lá em Osasco, ela trabalha muito, mas que vocês a incentivassem a vir depor que é muito importante o depoimento dela. Ela é um pouco tímida e tal. Ela falou, “mas com o vídeo está bom” e não está bom e é importante que ela viesse.

E a professora Simone Diniz tem uma coleção de casos desse aí. Como vocês são da Saúde Pública, peçam para a professora vir ajudar a gente aqui. Principalmente as mulheres negras. Está bom? Então vamos lá. Só falta o caso da Faculdade de Direito. Identifica-se e conta tudo aí.

O SR. DANILO CRUZ – Boa tarde, eu sou o Danilo Cruz, eu sou estudante da Faculdade de Direito. Na verdade eu vim mais também para contribuir e mostrar que é de fato, o racismo é institucional, ele está presente na universidade de ponta a ponta e aí no ano passado tiveram dois casos que simbolizam bastante isso.

O primeiro é o caso da Lara que é uma mulher que em situação de rua que foi engraçado até a ironia do destino porque na semana seguinte a aprovação da lei que revogava a revista vexatória nas prisões, uma aluna no Porão da faculdade suspeitou que essa moradora de rua tivesse roubado alguma coisa dela na rua, acho que era a carteira. Levou-a com o namorado no banheiro feminino no Porão da faculdade e a fez tirar a roupa para mostrar que não tinha a carteira dela.

Isso aí tem vários alunos que testemunharam isso, quem acompanha o grupo de extensão tentou conversar com ela, mas ela mesma teve dificuldade pela própria situação de fragilidade dela enquanto moradora de rua de conseguir dar consequência nesse caso assim.

Outro caso que também aconteceu na Faculdade de Direito foi no final do ano e aí até deixar o nome da pessoa, pois ela pode até colocar a situação dela com mais detalhes do que eu. É o João Henrique Custódio que é aluno da FFLCH. Ele estava ali por perto e estava para começar uma festa da faculdade ainda estavam instalando as grades que cercam a frente da faculdade que é o Largo do São Francisco.

Ele entrou desavisado, os seguranças chegaram a avisar alguns amigos dele, mas com ele assim segundo ele relata, ele já foi abordado com uma chave de braço e foi levado para fora com chutes, com cotoveladas na costela e foi agredido e quando ele estava falando que ele iria fazer BO, que iria chamar a polícia e de fato ele chamou e foi fazer o boletim de ocorrência, um dos seguranças tentando dissuadi-lo falaram que era policial e que isso não iria dar em nada e de fato o tratamento que ele teve na delegacia

de polícia e no exame de corpo de delito demonstraram que de fato ele teve poucas possibilidades de conseguir produzir provas do fato que aconteceu.

Esse caso do João Henrique Custódio eu sei que ele já foi atrás inclusive da procuradoria da USP, está indo atrás de órgãos competentes para dar consequência e essa era uma festa promovida pelo Centro Acadêmico Onze de Agosto no ano passado. Agora não me lembro de qual a data exatamente.

Mas outros casos também que, por exemplo, que são mais de como se acaba se reproduzindo isso, o quanto a falta de acesso acaba alimentando a lógica de genocídio e tal. O atual secretário de Segurança Pública que foi empossado agora em janeiro, ele é professor do departamento de Estado, ele dava aula constitucional em 2012 que eu me lembro assim, agora dos outros anos eu não acompanhei e ele é uma pessoa que defende um projeto fragrantemente inconstitucional que é a redução da maioria penal.

Quando a gente estava problematizando essa figura lá no Facebook da faculdade, da questão do genocídio, falando da voluntariedade policial, uma pessoa que está assumindo o cargo de chefe da polícia militar, da polícia civil, da segurança pública estadual. Um dos alunos falou “não, eu acho bom” e aí eu até perguntei nessa conversa, “mas por quê? Te roubaram na sala de estudos da faculdade”? Aí a pessoa viu que ela foi desmascarada e.

Mas assim, acho que é uma coisa importante, todos esses casos acabam sendo comentados inclusive no grupo da sala e você percebe que a recepção dos alunos com relação a esses casos, por exemplo, o do João Henrique Custódio que foi bem simbólico é uma pulseira de autodefesa priori assim, “esse cara é maluco, quem certeza que isso aconteceu”? Porque aí surge essa necessidade da ampla defesa, “como assim? Vocês estão fazendo julgamentos a priori das pessoas” e aí vem todo o que elas aprendem com a Faculdade de Direito em defesa própria.

Mas acho que era mais isso assim, quanto a esses casos o nome que dá para ir atrás é desse João Henrique Custódio e talvez conversar com esses para ver se consegue encontrar a Lara porque, sei lá, no final do ano ela estava falando que ela ia para a baixada Santista, que ela estava indo embora e tal. E essa mulher que foi vítima de revista vexatória é promovida pelas próprias estudantes da Faculdade de direito.

Eu poderia até citar, por exemplo, quando eu era calouro, eu cheguei a ir aos jogos universitários e aí um dos seguranças falou, “você estava fumando maconha”, tipo na época eu não fumava nem cigarros e falei, “não, não foi eu”. “Então vamos ali na salinha que a gente vai fazer uma averiguação” e aí eu estava com meu primo que meses atrás ele já tinha sido, nessas conversas de seguranças particulares de chamar a pessoa para a salinha para conversar, ele já tinha sido espancado e expulso da festa, ele ficou me protegendo e falou, “não, ele não vai, é direito dele ficar aqui, é direito constitucional e tal”.

Desde então sei lá, eu fui a poucas festas da faculdade justamente por conta desses traumas e eu sei que, por exemplo, esse caso do João Henrique Custódio é completamente verossímil porque o mesmo segurança, o outro segurança chegou a ligar, “não, mas calma porque eu também sou policial e também nas horas vagas estou fazendo um bico aqui e tal”.

Mas acho que é isso assim, é mais para ajudar a trazer elementos para mostrar o quanto a recorrência do racismo, essas coisas acabam passando através da universidade como um todo e trazendo esses casos da Faculdade de Direito. Só eu mesmo, já me foi cobrado pelos seguranças quando eu estava com uma camiseta de coletivo político perguntando se eu era estudante ou não e eu achei muito absurdo isso e tipo eu olhei para ele e meio que ele me deixou ir ao banheiro que era tudo o que estava indo fazer na faculdade.

O SR. MARCO AURÉLIO – PT – Em que ano você está Danilo?

O SR. DANILO CRUZ – Eu entrei em 2010 e agora eu vou começar o sexto ano nesse semestre.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT – Mais alguma contribuição, algum comentário para gente poder fechar? Bom hoje, não é?

Bom, então pedido. Levantar coisas irrefutáveis que eles não têm como, que é documento. Letras de músicas, vídeos na internet com as baterias, principalmente as baterias, festas do cotidiano acadêmico, festas, essas intermed, aí em que a loucura atinge a intermed, a calomed, essas pequenas competições Interusp, aí a temperatura chega a um grau máximo da loucura.

Tudo o que tiver coisa de racismo, isso é prova documental. Lógico que a prova testemunhal é forte, como essa menina, a Patrícia, precisamos incluir isso na prova documental, essa questão do IML que é uma coisa delicadíssima e difícil. E eu queria para completar, o Kuba trouxe um, você tem ele aí Kuba? O de ontem, aquele das meninas da PUC que não é uma coisa de corte racial, é uma coisa de corte de gênero. Até você poderia explicar a origem.

Eles fizeram um negócio da violência do trote, coisa da questão de gênero, mas tão bem feito que não parece ficcional, parece documental porque é tão assemelhado às coisas dessas baterias, dessas repúblicas, das loucuras da repúblicas que vocês vão ficar impressionados com esse trabalho. Quem fez o trabalho? Foi a PUC que fez?

(Inaudível)

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT – O movimento feminista. Inclusive a PUC quer fazer um documentário sobre isso.

A SRA. – Ao invés de encerrar com esse vídeo, a gente tem alguns, dois vídeos aí que falam de relatos de racismo também bem fortes, (ininteligível) acontecendo, para a gente fechar na pauta também.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT – Está bom então. Deixa passar esse e depois vocês passam esses para fechar porque esse é bem feito. Eu vi ontem pela primeira vez, não tem problema, mas é tão bem feito que eu acho legal

acrescentar no repertório de vocês embora não tenha o corte racial, mas tem o corte feminino que é muito forte. Os de vocês estão prontos também para apresentar? Quantos minutos?

A SRA. – São poucos minutos.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT – Vocês não se incomodam que eu passe esse da PUC? Eu acho que é importante. Vamos lá então? Primeiro esse da PUC.

O SR. – (Inaudível).

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT – Então dá agora. Pois não, pode falar. Se identifica. Sente-se para ficar mais confortável.

O SR. RAUL ARAÚJO – Bom, meu nome é Raul Araújo, eu trabalho como pesquisador na Universidade de Liverpool e participo de uma iniciativa chamada “GAPS” que se chama Global Access to Postsecondary Education e aí eu queria falar duas coisas.

Primeiro dar um testemunho. Meu pai foi aluno da Faculdade de Medicina da USP e aparentemente foi o primeiro negro a se formar e em seu discurso de formatura na verdade ele contava do racismo declarado, mas também dos racismos em relação ao desodorante, está sujo do bairro que ele vinha enfim, desses procedimentos e que isso acontecia, não só durante a faculdade, mas depois nas festas de encontro das turmas, eles têm festa, cada turma organiza uma festa e que esses tipos de racismos eram recorrentes.

Também queria adicionar aos argumentos que eu acho que o Douglas já apresentou e outros companheiros aí sobre a necessidade de cotas e outros procedimentos de inclusão e que nesse grupo a gente discute, um dos critérios de não incluir outros grupos na universidade pública, é que a universidade vai perder em excelência, em qualidade como a gente viu aqui e olhando as letras das musicas produzidas pela Faculdade de Medicina, a gente vê que não tem excelência nenhuma na produção cultural.

E nesse grupo que a gente está trabalhando inclusive a gente vai ter uma conferencia aqui em 2017 que a USP vai sediar para discutir. A nossa discussão é que excelência na universidade é ter excelência na inclusão. Se a gente pegar a Universidade da Califórnia, a Universidade de Amsterdã, ter excelência é ter na universidade, a população da universidade ser representativa da população em geral daquele país.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT – Você falou o nome do seu pai?

O SR. RAUL ARAÚJO – Osmar Araújo.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT – Quando ele se entrou?

O SR. RAUL ARAÚJO – Ele entrou em 1964 eu acho. Não, em 1962 e saiu em 1968.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT – Ele era paulista?

O SR. RAUL ARAÚJO – Era paulista, da Vila Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT – E em que cidade ele nasceu?

O SR. RAUL ARAÚJO – Ele nasceu em São Paulo mesmo.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT – Desculpe, continue.

O SR. RAUL ARAÚJO – Então eu acho que a discussão importante que incluir é tornar a universidade pública de qualidade e não o oposto. Eu acho que as letras que a gente viu aqui, os tipos de festas, a produção cultural mostra a qualidade e acho que para além da inclusão, nós como cidadãos e que sustentamos essa universidade temos também essa preocupação de ter uma universidade de qualidade e isso que a gente está vendo não é qualidade. Obrigado.

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT – Obrigado. É pequenininho, o da PUC é pequenininho também. Não vai abrir? Eu sabia. O das meninas vai abrir pelo menos? Ou nenhum vai abrir? Esse da PUC era a cereja do bolo. Vamos lá.

O SR. – (Inaudível)

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT – Doutor Benetton, opa.

O SR. – (Inaudível).

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT – Eu falei com ela esse fim de semana, verdade. Eu falei que ia ter audiência e aí ela falou, “está bom, você me avisa” e aí eu com tanto trabalho perdi, mas obrigado Dr. Benetton.

Eu só quero anunciar por falar nisso, está aqui presente a deputada que veio fazer esse fim de mandato substituindo o Major Olímpio que ela está apoiando a nossa CPI e está aqui presente a deputada do PDT Constância Felix. Obrigado deputada pelo apoio. Vamos lá então? Não vai abrir? Nenhum dos três? Tem que puxar tudo pela internet? Mas o do Kuba não era pela internet. Era internet também?

O SR. MARCO AURÉLIO – PT – Senhor presidente eu queria fazer uso da palavra.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT – Deputado Marco Aurélio.

O SR. MARCO AURÉLIO – PT – É que esse dia de hoje, nós ouvimos relatos aí extremamente significativos e importantes para infelizmente constatar uma prática de um racismo, mas também ao mesmo tempo constatar um grande número de pessoas envolvidas com grupos que buscam uma sociedade melhor, que buscam o fim do preconceito, que buscam uma sociedade mais justa e de qualidade enfim.

Os grupos, cada um que falou aqui vê que é envolvido com outros coletivos, não é? Então, o que eu queria dizer? Eu acredito que a gente possa falar com muita tranquilidade Adriano Diogo, pelo que eu ouvi em sua entrevista me parece que V. Exa. não se coloca mais como candidato, eu ouvi lá. Queira a Deus que amanhã você mude de pensamento, mas pelo que está lá na entrevista, você colocou que não.

O que eu quero dizer a vocês que são líderes de grupo, de coletivos? O meu grande medo é de que grupos que lutam por questões tão nobres façam essa luta desligada da questão política e eu tenho visto muito isso. Às vezes a pessoa tem uma luta nobre, uma luta por uma causa nobre, mas não tem movimento político e então quando chegam às eleições acabam até muita gente votando naqueles que vão ao Parlamento ou mesmo no Executivo fazer exatamente ao contrário que o movimento defende.

Porque veja, as pessoas que são eleitas seja deputado, seja vereador, presidente, governador são eleitos pelo voto do povo e é interessante essa comissão deputado Adriano Diogo que a gente vê tanta dificuldade com governo, com Parlamento e então, mas a cada eleição que passa, essa última eleição agora nós tivemos até um retrocesso. A gente olha o mapa e o mapa da Assembleia que foi eleita é um retrocesso.

E aqui foi falado do Ronaldo Caiado, que foi falado aqui que era uma pessoa líder da UDR e tal, ou seja, vou pegar só esse caso como um caso simbólico. Os ruralistas e os grandes latifundiários que fazem a defesa contra a reforma agrária têm o seu parlamentar, tem envolvimento político, tem bandeira política, tem partido político e muitos dos movimentos populares e sociais não tem.

Então quando chega uma eleição, o ano que vem tem eleição para prefeito e vereador. É fundamental que os movimentos façam a discussão política. Você que está defendendo aqui contra o preconceito, você vai votar em quem para vereador? “ah, qualquer um”. Quer dizer, então nós não podemos desconectar a luta social da questão política porque senão nós vamos ter muitas dificuldades porque é mais fácil nós elegermos pessoas que abracem as nossas lutas para que com eles nós possamos brigar para que a luta avance do que votar nos inimigos ou deixar que as coisas aconteçam sem minha participação para depois tentar fazer pela luta social. Isso é muito mais difícil.

Então eu queria fazer esse registro porque como aqui as pessoas se manifestaram são lideranças assim que fizeram as colocações com tanta propriedade, mas que instruem os seus coletivos porque eu tenho certeza que nos coletivos de vocês tem pessoas que na hora de votar infelizmente às vezes o voto vai exatamente contrário da luta e isso atrapalha bastante, mas. Pois não.

A SRA. MARIA JOSÉ MENEZES – Boa tarde a todos e a todas. Meu nome é Maria José Menezes, eu sou bióloga, eu trabalho na Universidade de São Paulo. Não estava previsto para eu falar e enfim, eu estava mais na articulação, mas diante da intervenção, da provocação eu queria falar duas coisas.

A primeira coisa é que nós dos movimentos sociais, nós somos sim muito organizados, porque se nós não fossemos organizados nós não estaríamos aqui, nós estaríamos em mais uma vala comum com muitos dos nossos e das nossas companheiras estão.

Então a nossa trajetória nesse continente ela tem por volta de 500 anos. Esse ano a gente comemora, esse é mérito importante, os 180 anos de uma revolta importantíssima que é dos Malês. Eu sou baiana com muito orgulho e os Malês foram o primeiro grupo que reivindicava, que se revoltava e que falava que ia tomar posse do poder na Bahia.

Então a nossa luta não é só por sobreviver, nós lutamos por poder, nada menos. Então deputado a nossa luta de poder, de acesso ao poder ela está nas ruas, mas ela também está no Parlamento. Nós temos um grande inimigo, a elite brasileira e a mídia. Um inimigo muito forte e é essa elite e esse grande inimigo que faz com que nossos irmãos e nossas irmãs que estão em muitas vezes em uma situação de vulnerabilidade muito grande acabem sendo conivente com promessas de maus-caracteres como nós conhecemos e eu não vou nomear.

Uma coisa muito grave que a gente tem em nossa mídia e nós precisamos fazer uma intervenção importante na nossa mídia porque não é possível que em um país você tenha os corpos negros expostos diariamente com uma trivialidade e com uma conivência da sociedade e das instituições diariamente. Nós temos programas que mostram os nossos irmãos e nossas irmãs mortas e que não comove e que nunca comoveu ninguém e que as pessoas inclusive são mortas e a justificativa é porque estava no lugar errado, porque estava fumando maconha, porque preto fuma maconha dá morte, branco é chique.

Então é isso, uma sociedade com esse nível de crueldade, o que nós fazemos é uma luta insana, mas nós queremos o poder e nós vamos conquistá-lo.

(Palmas)

O SR. MARCO AURÉLIO – PT – É isso. Parabéns. Só pelo que você.

A SRA. MARIA JOSÉ MENEZES – (Inaudível).

O SR. MARCO AURÉLIO – PT – Exatamente, era o que eu ia falar. A provocação já valeu. (Risos). Já valeu porque Maria José eu tenho observado assim muitas vezes em movimentos que têm causas justas e causas nobres, mas às vezes algumas pessoas dos movimentos desligados dessa questão política e você até avançou mais do que eu falei. Você falou questão política e falou também questão da mídia que eu acho que se eu tivesse que estabelecer um ponto só para mudar, eu acho que a mídia hoje seria o nosso maior inimigo porque de fato as pessoas elas estão, o que elas estão optando de lobo vestido de ovelha é muito grande, é muito grande.

E quando a gente vê pessoas nossas, pessoas que têm causas nobres, pessoas que têm bons propósitos ludibriados pela mídia, o que tem de gente cheia de boas intenções, mas que no processo político se deixa levar pela mídia, se deixa levar por uma série de fatores, infelizmente alguns até pelos fatores econômicos e a pessoa não consegue ligar. Meu amigo, essa causa nobre pela qual você luta, você se empenha, você dedica a sua vida tem tudo a ver com a questão política, tem tudo a ver.

Quer dizer, é não fazer essa desconexão porque eu particularmente fiquei muito assustado na noite do primeiro domingo de outubro desse ano quando eu vi o mapa, eu estava acompanhando pelo site do TSE e quando eu vi o mapa e vi como é que estava se compondo os governadores do país, o Estado de São Paulo, os parlamentos estaduais, o Congresso Nacional, quem estava entrando e quem estava saindo.

Eu não consigo aceitar, por exemplo, que o Estado de São Paulo tire o Suplicy e coloque o Serra, não tem condições e eu tenho certeza que muitas pessoas prejudicadas

por ex-governador votaram nele, porque não fazem a conexão. Tem gente que, então eu quis fazer essa provocação e aí valeu pela sua fala com bastante propriedade para que a gente esteja unido nisso, com as causas, com as bandeiras, mas jamais desligados da questão política porque realmente são entrelaçadas e se Lula com oito anos de poder, ele diminuiu a fome no Brasil e o Brasil tem mais de 500 anos, então ficou claro e ficou provado que a fome e a pobreza e a miséria só existem por causa da questão política. Porque se não fosse a questão política, se em oito anos você já reduziu, então imagina isso se fosse ao longo do tempo.

E às vezes as pessoas não conseguem conectar, não consegue. Nós tivemos o núcleo de estudantes, nós temos pesquisas do PT que estudantes contemplados pelo PROUNE a grande maioria tiveram voto à Direita e jamais eles poderiam fazer faculdade se não tivesse programas como o PROUNE, por exemplo. Esse é um programa. Pessoas contempladas com o Minha Casa Minha Vida e assim vai.

Mas estou citando esses porque é claro, o grau de politização é muito menor desses coletivos, mas que a gente possa ir se somando para fazer um caldo bem mais grosso para que a cada eleição que passe aumente os representantes das causas nobres, das causas justas, aumente seja no parlamento, nas câmaras municipais, estaduais, no Congresso para que de fato a gente tenha uma política que represente as causas sociais e não como nós temos hoje no Brasil em que nós temos um grupo muito grande de agentes políticos que para mim não tem sintonia nenhuma com a causa do povo brasileiro.

Mas muito obrigado da sua colocação e fiquei muito feliz mesmo. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT – Obrigado deputado Marco Aurélio. Só queria, você tem um ponto de amarração para a gente, um e-mail ou alguma coisa para a gente ter uma referência sua? Do seu depoimento, por favor.

O SR. RAUL ARAÚJO – (Inaudível).

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT – É raularaujo@yahoo.com. Pode mandar um e-mail para cpiuniversidades@al.sp, faça um resuminho da história do seu pai e manda isso documental, tá? Por favor. cpiuniversidades@al.sp.gov.br. Danilo, Patrícia para fechar esse negócio do racismo, pode me cobrar viu João, Patrícia da violência obstétrica, trazer essa menina ao vivo.

(Inaudível)

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT – Mariana Dias. Porque ela se abrevia Mari Dias, trazer essa menina para depor. Vocês então devendo dois depoimentos, você podia dizer quais são esses depoimentos?

A SRA. MÔNICA MENDES GONÇALVES – Depoimento?

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT – Que a gente ia passar agora no fim.

A SRA. MÔNICA MENDES GONÇALVES – Ah sim.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT – Fale o seu nome.

A SRA. MÔNICA MENDES GONÇALVES – Mônica Mendes Gonçalves. Um dos vídeos não é depoimento, ele é a cena acontecendo que é do episódio que é citado várias vezes aqui que é do menino que na desocupação do DCE foi agredido pela polícia que inclusive tirou a identificação para não ser identificada e aí tem esse vídeo do fato acontecendo na hora, o link já está aí.

E aí o outro é um relato, o outro é um relato de fato.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT – De quem?

A SRA. MÔNICA MENDES GONÇALVES – De um homem negro, estudante também que foi abordado pela polícia, por um policial porque ele esbarrou no retrovisor do carro e esse policial sacou uma arma e saiu atrás dele e disse que ele era um negro fujão dentro da universidade.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT – De São Paulo?

A SRA. MÔNICA MENDES GONÇALVES – Isso, em Ribeirão Preto. E aí tem o relato nesse vídeo composto por várias pessoas.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT – Entendi. Ele era estudante ou não?

A SRA. MÔNICA MENDES GONÇALVES – Naquele momento sim. Era estudante.

A SRA. – (Inaudível).

A SRA. MÔNICA MENDES GONÇALVES – Não, no vídeo tem o relato direitinho.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT – E desse aí você não mandou o link ainda.

A SRA. MÔNICA MENDES GONÇALVES – Tem o link aí dos dois.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT – Bom, Douglas Belchior você tem mais alguma para falar? Fala no microfone, por favor, Douglas. Só para registro, por favor.

O SR. MARCO AURÉLIO – PT – Senão a pessoa que faz a ata não consegue.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT – Douglas Belchior com a palavra.

O SR. DOUGLAS BELCHIOR – Já que foi proposto o seminário sobre a Eugenia e que parece importante porque dá visibilidade sendo aqui para esse debate, tem um menino, o nosso companheiro do movimento teórico, do movimento chamado Weber Lopes. Acabou de terminar o mestrado dele e o tema do mestrado dele é “Racismo, Eugenia no Pensamento Conservador Brasileiro” a proposta de povo em Renato Kehl. Exatamente esse debate que foi proposto aqui, ele é um jovem professor saído da zona leste de um grupo de militância negra, do Força Ativa e se especializou nesse debate sobre Eugenia e que poderia muito nos ajudar.

Ele se dedica a fazer cursos para os movimentos e já que foi citado isso aqui, valeria muito a pena falar com ele.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT – É aquele rapper ou não?

O SR. DOUGLAS BELCHIOR – Ele não raper. Ele é também, mas ele se dedica aos estudos hoje.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT – Ele é um pesquisador?

O SR. DOUGLAS BELCHIOR – Isso, exatamente.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT – Como é o nome dele?

O SR. DOUGLAS BELCHIOR – Weber Lopes.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT – Você me ajuda a fazer isso?

O SR. DOUGLAS BELCHIOR – Perfeito, só para registrar porque eu acho que vale muito a pena. Inclusive ele eu um curso agora pouco lá no NCN.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT – Excelente. Bom então tem que ligar para o gabinete da Secretaria de Segurança Pública para ver o negócio lá de Adamantina, para ver se eles vão agilizar. Ah, precisa fazer o requerimento para a Liga Esportiva Atlética de Medicina do Estado de São Paulo que é uma das organizadoras de todas essas competições. É LEAMESP, Liga Esportiva das Atléticas de Medicina.

Bom, foi muito boa. Não vai conseguir abrir nada mesmo, não é? Então está bom. Foi muito boa essa audiência, agradeço ao esforço que vocês fizeram, cancelaram todos os compromissos e trazer todo mundo aqui para depor hoje à tarde, o Silvio já foi

embora, o companheiro pesquisador aí e acho que foi uma Sessão muito importante, muito interessante com a contribuição de todos. Vamos ver se a gente consegue fazer o seminário da Eugenia que seria bom a gente entender aonde tem a matriz desse pensamento, um pensamento racista, branco, essa coisa da supremacia que agora desenvolveu essa neo-eugenia que é o negócio do DNA, da raça superior, das pessoas que podem corrigir seus defeitos de nascimento, agora loucura toda que os caras estão falando sobre isso agora. Costa.

O SR. COSTA – Para contemplar esses informes que foram dados hoje. No dia 13 de março de 2013 lá no Juscelino, a gente fez aquela audiência aonde os reitores da UNICAMP, das faculdades, ele contrapõem esse debate que foi feito aqui. Então se pudesse aquele depoimento deles entrar nesse relatório porque são depoimentos importantíssimos aonde a universidade assume o compromisso e nós já estamos indo para dois anos e hoje está aqui nessa CPI novamente o movimento negro.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT – Boa ideia.

O SR. COSTA – Dizendo que não foi cumprido. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT – Excelente, boa ideia. Muito bom. Nada mais a ser dito, agradeço a presença de todos. Excelente Costa, boa contribuição. A Sessão está encerrada.

* * *